

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA
TURMA ESPECIAL UNOESC, UNIPLAC E UNC**

**PROMOÇÃO DE AÇÕES DE CIDADANIA POR INTERMÉDIO
DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DA UNOESC-CHAPECÓ**

ADRIANA DE TONI

**FLORIANÓPOLIS (SC)
2000**

Adriana De Toni

**PROMOÇÃO DE AÇÕES DE CIDADANIA POR INTERMÉDIO
DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DA UNOESC-CHAPECÓ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

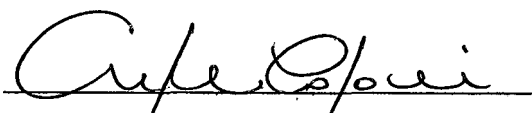
Orientador: Paulo Cesar da Cunha Maya, Dr.

Florianópolis, dezembro de 2000

**PROMOÇÃO DE AÇÕES DE CIDADANIA POR INTERMÉDIO
DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DA UNOESC-CHAPECÓ**

Adriana De Toni

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração em Administração Universitária) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

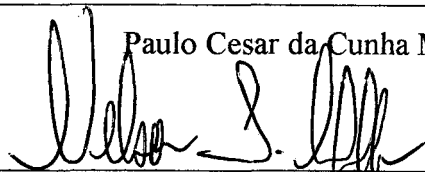


Prof. Nelson Coldssi, Dr.
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:



Paulo Cesar da Cunha Maya, Dr.



Nelson dos Santos Machado, Ms.



Silvana Winckler, Dra.

AGRADECIMENTOS

De uma forma muito especial, agradeço a todos aqueles que colaboraram para a concretização deste trabalho:

- Aos meus familiares, que são tão especiais: *Ronaldo*, que mais uma vez demonstrou companheirismo e compreensão. Gostaria de expressar a satisfação e o privilégio que é compartilhar a minha vida com você. À *Sil*, pela compreensão, paciência e apoio dado em todas as horas;

- À Unoesc-Chapécó, que prestou todo o apoio necessário para a viabilização do mestrado, através do *PICDTU* (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica da Unoesc);

- Às colegas do Curso de Serviço Social, que compartilharam mais este importante momento da minha vida;

- A Vilson e Liliane, pelos livros emprestados e idéias compartilhadas;

- À todos os entrevistados, pois os seus depoimentos foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Dedico este trabalho aos meus três pequeninos: Gabi, Ciça e João. Espero que, futuramente, possamos compartilhar a crença de que o mundo pode ser mais solidário e feliz.

Em especial, dedico à Maria Luiza, Rita, Elisa, Marilete, Ficagna, a todos os estagiários do ECOSS e moradores da Região do CAIC com os quais compartilho o sonho e a luta pela verdadeira cidadania.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	6
1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNOESC-CHAPECÓ	9
1.2 JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO	11
1.3 O PROBLEMA E O TEMA	12
1.4 OBJETIVOS.....	13
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	13
1.5 A ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 SOCIEDADE E CIDADANIA.....	15
2.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE	30
2.3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DA ASSISTÊNCIA À CIDADANIA	36
3 METODOLOGIA.....	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	43
3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA: UNIVERSO E AMOSTRAGEM	45
3.2.1 <i>O Programa ECOSS – Extensão Comunitária em Serviço Social</i>	46
3.2.2 <i>O Programa PPEPL – Participação Popular no Espaço do Poder Local</i>	48
3.2.3 <i>Os Entrevistados</i>	51
3.3 LEVANTAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	52
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	53
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	55
4.1 A RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE	55
4.2 CONCEPÇÕES DE CIDADANIA.....	65
4.3 CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	72
4.4 RELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E EXTENSÃO	76
4.5 PERCEPÇÕES SOBRE O SIGNIFICADO DO ECOSS E O DO PPEPL	83
4.6 COMPREENSÃO SOBRE AS AÇÕES DESENCADEADAS PELO ECOSS E PELO PPEPL.....	86
4.7 AS AÇÕES DO ECOSS E DO PPEPL E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA	92
4.8 COMENTÁRIOS E SUGESTÕES DOS ENTREVISTADOS	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
ANEXOS	112

LISTA DE SIGLAS

APP – Associação de Pais e Professores

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança

CEPIS – Centro de Educação Popular Sedes Sapientae

CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão

ECOSS – Extensão Comunitária em Serviço Social

ESJ – Escritório Sócio Jurídico

FEMARP – Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDESTE – Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste

FUOC – Fundação Universitária do Oeste Catarinense

IES – Instituição de Ensino Superior

ONU – Organização das Nações Unidas

PNDU – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPEPL – Participação Popular do Espaço do Poder Local

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

RESUMO

O presente trabalho tem como enfoque principal as ações desencadeadas pelos programas de extensão universitária ECOSS e PPEPL, da UNOESC-Campus de Chapecó, na perspectiva da promoção da cidadania das comunidades em que atuam.

A coleta dos dados ocorreu através da técnica de entrevista semi-estruturada, realizada com gestores, executores e lideranças (comunitárias e institucionais) dos programas em questão. A análise e interpretação dos dados se deu à luz da abordagem qualitativa.

A contribuição desse trabalho reside na reflexão que apresenta – tanto na fundamentação teórica, quanto na análise dos resultados da pesquisa – sobre os temas Sociedade, Universidade, Extensão Universitária e Cidadania.

Os resultados alcançados possibilitaram visualizar que, na ótica dos entrevistados, os programas estudados promovem a cidadania das comunidades em que atuam. Entretanto, considerações são feitas sobre esta questão, já que a concepção de cidadania apresenta variações, tanto para o gestor, como para os executores e as lideranças.

As sugestões e comentários elencados, possivelmente, auxiliarão a UNOESC-Chapecó, na avaliação destes programas, bem como, a repensar outras formas de aproximação com a sociedade, conforme sugerido pelos entrevistados.

ABSTRACT

The present paper has the main objective focused on the actions given rise to the programs of university extension ECOSS (Extensão Comunitária em Serviço Social) and PPEPL (Participação Popular no Espaço do Poder Local) at UNOESC-Campus from Chapecó, in the perspective of the citizenship promotion in the community in which they are inserted.

The data were taken through an interview technique almost structured, realized by administrators, producers and leaderships (communities and institutionals) from the programs in question. The analysis and interpretation of the data were given by the qualitative approach.

The contribution of this paper is in a reflection that shows – as in the theory, as in the analysis of the results from the research – topics about Society, University, University Extension and Citizenship.

It was possible to visualize with the reached results that in the interviewers view, the studied programs promote the citizenship in the communities that are inserted. Although, considerations were made about this question, because citizenship conception shows variations, as to the administrators as to the producers and to the leaderships.

The suggestions and the comments risen, will possibly help UNOESC-Campus from Chapecó, in the evaluation of these programs, as well as, to rethink other ways to come closer to the society, a suggestion given by the interviewers

1 INTRODUÇÃO

1.1 A Extensão Universitária na UNOESC-Chapecó

A UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina), reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina em 1995 e credenciada pelo decreto presidencial em 1996, resultou da unificação, ocorrida em 1991, de três instituições isoladas de ensino superior existentes na região desde o final de década de 60 e início da década de 70: a Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP), com sede na cidade de Videira; a Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC), sediada na cidade de Joaçaba; a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), com sede na cidade de Chapecó.

A UNOESC é uma universidade de caráter comunitário, de dimensão regional, que conta atualmente com 5 (cinco) campi, localizados nas cidades-pólo de Chapecó, Joaçaba, Videira, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

Considerada uma IES, “A UNOESC tem por missão gerar e difundir conhecimento científico, artístico-cultural e tecnológico, mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, nas diferentes áreas de saber, com o objetivo de promover a cidadania, o desenvolvimento humano e cultural sustentável, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional” (UNOESC, 1999:24). Dessa forma, a missão consolida e integra, na sua cultura organizacional, os valores da cidadania, da sustentabilidade do desenvolvimento humano, da cultura, da arte e da inter-relação entre o regional e o universal.

Sede administrativa da UNOESC, o campus de Chapecó é o maior dos 5 (cinco) campi. No segundo semestre de 2000, matricularam-se 5.975 alunos, em 24 cursos de graduação.

Na área do ensino, a política de melhoria da qualidade dos cursos de graduação tem se pautado em cinco grandes linhas de ação: revisão dos projetos pedagógicos; avaliações permanentes (realizadas pelo Programa de Avaliação Institucional da UNOESC – PAIU); contratação docente via processo seletivo regulamentado; atualização metodológica dos docentes; e ampliação e melhoria do acervo bibliográfico, dos laboratórios e multimeios.

Na área da pesquisa, o Plano de Desenvolvimento da Pesquisa, aprovado em abril de 1999, pelo Conselho Pedagógico, garante a coesão das ações e articulação das decisões, visando incentivar a produção científica, a partir da definição de diretrizes gerais e da criação de mecanismos institucionais regulares de incentivo. (UNOESC, 1999).

A área de extensão tem ocupado o cenário de destaque no Campus de Chapecó, e vem consolidando as suas atividades a partir de programas permanentes de caráter interdepartamental, nos quais é estimulada a participação dos alunos da graduação (UNOESC, 1999).

Os dados¹ demonstram que a extensão tem crescido significativamente nos últimos anos. Em 1996, eram 84 os cursos que desenvolviam atividades desta natureza, contando com 3.242 pessoas envolvidas e com um volume de carga horária destinada de 3.011 horas. Em 1999, foram 185 cursos envolvidos, englobando 7.446 pessoas, com uma carga horária de 7.755 horas. No ano de 2.000, estiveram envolvidos 191 cursos, contando com 10.905 pessoas e uma carga horária de 8.612 horas.

A concepção do Plano de Desenvolvimento da Extensão², que contempla as diretrizes necessárias para o desenvolvimento da extensão na UNOESC-Chapecó, foi balizada por documentos resultantes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras que aprovou, no final de 1999, o Plano Nacional de Extensão Universitária.

A política de extensão contida no Plano Nacional de Extensão Universitária reafirma o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social,

¹ Dados fornecidos pela PROPEP, dezembro de 2.000.

² O Plano de Desenvolvimento da Extensão da UNOESC-Chapecó foi elaborado no segundo semestre de 2000 e encontra-se na Câmara de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do Conselho de Gestão, sendo prevista a sua aprovação até o final deste ano.

compreendendo a extensão como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

Nesta linha de ação, documentos divulgados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, abordam a necessidade da universidade brasileira adotar uma postura que viabilize o pleno exercício da cidadania, já que a “afirmação da soberania nacional passa pela mediação da construção da cidadania e é imprescindível que a Universidade em suas diversas atividades assuma um papel ativo neste processo”. (Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1999:s/p)

Ao relacionar cidadania e extensão universitária, o Fórum aponta que cabe à extensão “a proposição de algumas diretrizes que orientem ações extensionistas nessa área específica” (Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1999:s/p).

1.2 Justificação do Estudo

Para Castro (1997) a escolha do tema de pesquisa se justifica se ele for *importante, original e viável*. A *importância* se refere ao fato de estar ligado a uma questão crucial que afeta significativamente um segmento da sociedade ou suscitar uma questão teórica que mereça ser estudada continuamente. Para ser *original*, os seus resultados devem ter um potencial que possa surpreender. A *viabilidade* não deve perder de vista a disponibilidade de tempo e das informações necessárias, os recursos financeiros disponíveis, a competência do futuro autor, além do estado de teorização sobre o que vai ser pesquisado.

O estudo que ora se apresenta, que pesquisou se programas de extensão da UNOESC-Chapecó – mais particularmente os Programas de Extensão ECOSS e PPEPL – promovem ações de cidadania, pretendeu contemplar os critérios acima referenciados.

A sua *importância* reside no fato de, recentemente, a UNOESC-Chapecó ter elaborado o seu Plano de Extensão, cujas diretrizes se pautam no documento “Universidade Cidadã” que fundamenta o Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O estudo realizado trata da relação Universidade,

Sociedade e Cidadania, particularizando para a questão da extensão universitária como uma atividade voltada à promoção de ações que possibilitam a conquista da cidadania. Considerando-se que o tema parece ser polêmico, acredita-se que ele merece aprofundamento teórico, além de interessar para a UNOESC-Chapecó pois, muito provavelmente, irá contribuir para a reflexão e, quem sabe, consolidação da sua Política de Extensão.

Além disso, até o momento da elaboração do presente trabalho, nenhuma investigação científica havia sido realizada sobre programas de extensão e promoção da cidadania, contemplando, dessa forma, o critério da *originalidade*, já que os seus resultados poderão surpreender gestores e executores dos programas investigados.

O critério da *viabilidade* foi contemplado, já que possibilitou a concretização deste trabalho. Houve o apoio institucional da UNOESC – que disponibilizou as informações e os recursos necessários – além da valiosa colaboração dos entrevistados, que tão gentilmente se dispuseram a fornecer as informações necessárias, coletadas através da técnica de entrevista semi-estruturada. Houve também, o apoio dado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que disponibilizou o professor orientador, figura fundamental, que contribuiu de maneira ímpar no processo de elaboração desta dissertação.

1.3 O Problema e o Tema

As considerações elencadas na justificação estimularam a curiosidade da pesquisadora levando-a ao encontro do seguinte problema central de pesquisa:

Programas de extensão universitária da UNOESC-Chapecó têm desencadeado ações voltadas à promoção da cidadania das comunidades em que atuam?

Deste problema emergiu o tema do presente estudo, sob o título:

Promoção de Ações de Cidadania por Intermédio de Programas de Extensão Universitária: um Estudo de Caso da UNOESC-Chapecó.

1.4 Objetivos

Através da metodologia do Estudo de Caso, ao longo do processo, buscou-se atingir os seguintes objetivos:

1.4.1 Objetivo Geral:

Pesquisar se programas de extensão da UNOESC-Chapecó têm desencadeado ações voltadas à promoção da cidadania das comunidades em que atuam.

1.4.2 Objetivos Específicos:

1. Investigar a concepção de cidadania sob a ótica do gestor dos programas de extensão;
2. Investigar a concepção de cidadania sob a ótica do agente executor;
3. Investigar a concepção de cidadania sob a ótica das lideranças selecionadas³;
4. Comparar e contrastar os resultados alcançados em 1, 2 e 3 supra;
5. Descrever até que ponto os programas de extensão selecionados contribuem para o desencadeamento de ações voltadas à cidadania, a partir das descobertas feitas e outras informações;
6. Tecer recomendações, à luz das conclusões chegadas e respectivos objetivos específicos, visando contribuir para a consolidação e dinâmica adequada da política de extensão da UNOESC-Chapecó, bem como, estimular reflexões em direção ao futuro.

³ As lideranças selecionadas são: lideranças comunitárias e lideranças institucionais, em respeito ao Princípio da Parcimônia.

1.5 A Estrutura do Trabalho

O estudo estrutura-se da seguinte forma: num primeiro momento é realizada uma revisão da literatura enfocando temas como Sociedade e Cidadania, Função Social da Universidade, e a Extensão Universitária na perspectiva da cidadania.

Num segundo momento, é apresentada a metodologia empregada, ressaltando a caracterização e a delimitação da pesquisa – situando, inclusive, os programas de extensão investigados ECOSS e PPEPL – além de esclarecer os procedimentos relativos ao levantamento, análise e interpretação dos dados, bem como, as limitações da pesquisa. Neste capítulo há, também, a caracterização dos entrevistados.

Num terceiro momento, faz-se a apresentação e análise dos dados, a fim de responder o problema central da pesquisa. Visando maior compreensão sobre o problema investigado, trabalha-se, previamente: a opinião dos entrevistados sobre a relação que a Universidade deve estabelecer com a sociedade; as concepções dos entrevistados sobre extensão universitária e cidadania; a relação entre ambas; e a identificação das ações desencadeadas pelos programas de extensão ECOSS e PPEPL.

O final do trabalho, ou último capítulo, contempla considerações finais, que partem da fundamentação teórica e da análise e interpretação dos dados da pesquisa. Ao retornar aos objetivos inicialmente pretendidos, são apresentadas algumas sugestões ou recomendações, a luz das constatações chegadas através do estudo realizado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Abordar a questão da cidadania não é tarefa fácil. São vários os estudos que tratam desta questão, não sendo única a sua concepção. Este capítulo, ao enfatizar a extensão universitária voltada à promoção da cidadania, pretende refletir, preliminarmente, características da sociedade contemporânea que impedem o pleno exercício da cidadania para significativa parcela da população brasileira.

A universidade, enquanto instituição social que existe para atender determinadas demandas apresentadas pela sociedade, não pode eximir-se desta discussão. Torna-se importante, então, refletir sobre a função social que lhe é própria, num país que, segundo relatório da ONU, ocupa o incômodo 63º lugar no *ranking* das nações segundo seus indicadores de qualidade de vida.

2.1 Sociedade e Cidadania

A sociedade contemporânea está passando por um processo de bruscas e aceleradas mudanças nos campos político, econômico, tecnológico, ecológico e cultural. Tais mudanças não têm significado progresso ou desenvolvimento para todos. A riqueza de poucos confronta-se com a pobreza e a miséria de muitos, já que grandes concentrações de renda aumentam a desigualdade e a discriminação social.

Segundo o relatório da UNCTAD de 1997 (Dowbor, 1999) nas últimas três décadas houve drástica concentração de renda a nível mundial, desequilibrando profundamente a relação entre lucros e salários. Os países mais ricos estão cada vez mais ricos e os mais pobres cada vez mais pobres. Grandes fortunas concentram-se nas mãos de

poucos. “O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas, qualifica de obscenas as fortunas de pouco mais de quatrocentas pessoas no mundo, que dispõem de mais riqueza pessoal do que a metade mais pobre da humanidade” (Dowbor, 1999:32). Os lucros mais elevados não têm representado maiores investimentos, já que cada vez mais são desviados para atividades de natureza especulativa, principalmente na área de finanças. Em função disso, a taxa de crescimento da economia do planeta baixou de uma média geral de 4% nos anos 70, para 3% nos anos 80 e 2% nos anos 90.

Dados do Banco Mundial⁴ demonstram que de 1965 a 1990 a riqueza cresceu dez vezes, enquanto a população mundial apenas dobrou. Neste período, a parte da renda global apropriada pelos países aumentou de 68% para 78%, enquanto sua população diminuiu de 30% para apenas 23% da população global. Ainda, segundo o PNUD, em 1992, 1,3 bilhões de pessoas viviam na pobreza absoluta e a renda dos 20% mais ricos havia crescido de 70,2%, em 1960, para 82,7%, em 1989, e para 84,7%, em 1991. O hiato entre a renda dos 20 mais ricos e dos 20% mais pobres nos últimos trinta anos aumentou de 30 para 60 vezes.

O descompasso estabelecido entre geração e distribuição das riquezas produzidas convive com um baixo índice de desenvolvimento humano. As limitações impostas pelas condições de vida a que estão submetidas consideráveis parcelas da população mundial não possibilitam o pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Pessoas são reduzidas a “inúteis sociais”, pois reduzem-se os espaços para aqueles que possuem baixo grau de escolaridade, tornando-se desqualificados e descartáveis, já que não cumprem um padrão mínimo de desenvolvimento pessoal e profissional que possibilite a sua inserção no mercado formal de trabalho.

Os acontecimentos ocorridos principalmente nas duas últimas décadas apontam para aquilo que muitos autores denominam de nova revolução, seja ela tecnológica ou da informação, baseada na microeletrônica, na informática e nas telecomunicações, que tendem a deteriorar o indivíduo, estabelecendo novas formas de se viver. Para Dowbor (1998:22) “... estamos vivendo a mais profunda e mais acelerada revolução que a humanidade já conheceu”. Reduzem-se os espaços do Estado-Nação, até então entendido como o centro de poder, obrigando os países a reformularem os seus projetos nacionais. Formam-se blocos

⁴ Dados extraídos do documento “A Nova Ordem Global: Crise da Ética e da Racionalidade”, palestra proferida por Marcos Arruda, Economista e Educador, por ocasião da XV Conferência Nacional da OAB.

geopolíticos e celebram-se acordos sob o controle de organizações internacionais, como FMI, BIRD, ONU etc. Associado a tais questões intensifica-se o fenômeno da globalização – entendida como a transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ocorrem no mundo principalmente nos últimos vinte anos – que acaba globalizando também a pobreza, o desemprego, tornando descartável a maior parte da humanidade.

Estabelece-se um descompasso na relação entre o homem e seu ambiente natural, ocorrendo um desequilíbrio dos ecossistemas naturais em detrimento da competitividade empresarial. Em função disso, cada vez mais realizam-se fóruns de debate, inclusive a nível internacional, enfatizando a necessidade da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Conforme Wanderley (1999:107):

O Relatório do PNUD de 1994 incorpora (...) a busca de um novo modelo de desenvolvimento, cunhado de ‘desenvolvimento humano sustentável’, cujas teses principais estavam contidas no Relatório Brundtland (1988), enfatizando uma nova maneira de entender o relacionamento com o meio ambiente.

Tais fatores acentuam o processo de *exclusão social*, que compõe o cotidiano das mais diferentes sociedades. Os excluídos, na terminologia dos anos 90, não são residuais nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que não encontram lugar no mercado. Seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho, seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida, parcelas majoritárias da população mundial têm sofrido o processo de exclusão social. (Wanderley, 1997).

A mundialização do capital, que iniciou nos anos 70 e contempla tanto a desregulamentação como a flexibilização, próprias do processo de reestruturação produtiva e da implantação de novas tecnologias de produção industrial, tem gerado um grande contingente de pessoas aptas para trabalhar mas inúteis e desnecessárias para o mercado de trabalho. São consideradas, conforme aponta Lesbaupin et al (2000) “inúteis para o mundo” (Castel, 1995), “desqualificados” (Paugam, 1994) ou “excluídos desnecessários” (Nascimento, 1994).

Dessa forma, os estudos sobre a sociedade contemporânea tornam praticamente obrigatório o debate sobre a exclusão social, já que é um fenômeno cada vez mais crescente

tanto em países desenvolvidos como emergentes. Não se caracteriza, portanto, como uma simples moda intelectual, mas sim uma discussão obrigatória no sentido de superar esse desafio cada vez mais crescente.

A sociedade brasileira, extremamente complexa e contraditória, caracteriza-se pela existência de distâncias sociais acentuadas e a convivência das mais diferentes formas de exclusão social. A situação é tão grave e acentuada que estudiosos apontam a existência de um apartheid social:

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de ética. (Sposati apud Wanderley, 1997:78).

Ao falar sobre o drama da pobreza brasileira, aponta Telles (1994:95):

(...) as distâncias sociais são tão grandes que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais; o fosso social é imenso, e parece obstruir a possibilidade mesma de uma linguagem comum, e portanto, do convívio social, interlocução e debate comum em torno de questões pertinentes. Isso é propriamente o apartheid social.

Para Lesbaupin et al (2000:250) a exclusão social é caracterizada pela redução cada vez maior de empregos disponíveis, da renda média salarial e dos direitos trabalhistas e está provocando um recrudescimento da apartação social, com seu corolário de aumento da violência criminal.

A exclusão é social e não pessoal, pois compreende a privação coletiva, ou seja, de um conjunto significativo da população, que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. Exemplos da existência do fenômeno da exclusão – que é social, econômica e cultural – são os denominados sem teto, sem terra, sem emprego ... categorias criadas em função do enorme endividamento social que sofre o país (que é consequência do endividamento financeiro).

Abordar questões presentes na sociedade implica entender o porquê da existência de tantos problemas. Mas, para além disso, implica também tentar compreender

como historicamente a sociedade abre canais de discussão e cria mecanismos de enfrentamento para a superação dos problemas existentes. A própria questão da exclusão social tem sido enfrentada através de experiências pontuais implantadas em alguns municípios brasileiros, através de gestões municipais descentralizadas que priorizam parcelas desprivilegiadas da população. Nesta direção, implantam-se políticas sociais que possibilitam a inclusão social, através do acesso ou melhoria das condições de saúde, habitação, educação, saneamento básico, infra-estrutura, entre outros.

Entra em cena a questão da cidadania, que contempla o exercício de direitos e deveres que viabilizam melhores condições de vida para o conjunto da sociedade.

O tema cidadania tem sido cada vez mais ventilado nas sociedades contemporâneas e nos mais diferentes contextos sociais. “Ele aparece na fala de quem detém o poder político (políticos, capitalistas etc), na produção intelectual e nos meios de comunicação (rádio, jornal, TV) e também junto às camadas mais desprivilegiadas da população” (Covre, 1999:7).

Entretanto, historicamente a cidadania tem representado intenções e sentidos diferentes, conforme o contexto em que emerge.

A origem da palavra cidadania é atribuída à cidade ou pólis grega. Relaciona-se, então, ao surgimento da vida na cidade e à capacidade dos homens exercerem direitos e deveres de cidadão, que originalmente era denominado “habitante da cidade”.

O cidadão, no seu pleno exercício, era o homem livre que tinha o direito de participar ativamente da vida da cidade. Na atuação de cada indivíduo havia a esfera privada (relacionada ao particular) e a esfera pública (relacionada a tudo que era comum aos cidadãos). Na pólis grega, os homens livres atuavam na esfera pública e tinham responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. A democracia implicava na tomada de decisões através da persuasão e sem o uso da violência. Entretanto, a democracia grega era restrita, pois a categoria de homens livres não contemplava mulheres, crianças e escravos. Eram poucas as pessoas que possuíam plenos direitos de cidadania.

A palavra cidadania foi usada também na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer (Dallari,1999). A sociedade romana fazia discriminações e separava as pessoas em classes sociais. Existiam os

romanos e os estrangeiros, mas os romanos não eram considerados todos iguais, pois eram divididos em categorias. Havia os livres e os escravos, mas também entre os livres ocorria distinções entre patrícios (os nobres que pertenciam às famílias mais importantes) e plebeus (pessoas comuns que não tinham o direito de exercer cargos públicos). Com o passar do tempo foram sendo criadas categorias intermediárias, alguns plebeus passaram a ter alguns títulos que os aproximavam dos patrícios.

Os romanos faziam diferença entre *cidadania* e *cidadania ativa*. Somente os cidadãos ativos poderiam exercer cargos políticos. A mulher, como não era cidadã ativa, nunca exerceu cargos no parlamento ou na magistratura romana.

Mesmo sendo discriminatórias, as sociedades gregas e romanas promoveram em suas cidades certo exercício de cidadania.

Entre os séculos V e X surge a sociedade feudal, que era essencialmente rural. “O feudalismo é definido pelas relações servis de produção, em que o senhor é o proprietário da terra e o servo depende dele, devendo cumprir integralmente as obrigações servis⁵, tanto na prestação de serviços gratuitos quanto na entrega de parte da sua produção” (Pazzinato & Senise, 1993:7).

O exercício da cidadania é retomado aos poucos, com a desintegração da sociedade feudal, a partir do século XI, apesar de não ter ocorrido de forma uniforme na Europa toda. O desenvolvimento da sociedade capitalista, a partir do século XV, que provocou a ascensão da burguesia contra o feudalismo, também é fator determinante para a retomada da cidadania, com parte de homens vivendo em núcleos urbanos.

Nos séculos VII e XVIII, mesmo com a Europa começando a viver os tempos modernos, havia a divisão de classes, de uma forma muito parecida com a Roma antiga. Os nobres eram privilegiados, possuíam grandes quantidades de terras, não pagavam impostos e ocupavam os cargos políticos mais importantes. Ao lado dos nobres havia os comuns e, entre estes, os burgueses (que tinham riquezas) e aqueles que viviam apenas do seu trabalho no

⁵ As obrigações servis eram o conjunto de impostos e tributos que os servos deveriam pagar aos senhores. Os servos tinham que entregar a estes parte da sua produção agrícola e tinham que trabalhar gratuitamente nas terras do senhor não podendo se deslocar do feudo sem permissão. Tinham também que pagar impostos diretos ou adicionais.

campo ou na cidade, por não possuir nenhuma riqueza. Esse período é considerado como do absolutismo, pois os reis governavam com poderes absolutos (Dallari, 1998).

Surgiram então as revoluções burguesas, pois burgueses e trabalhadores passaram a se unir contra as arbitrariedades e injustiças praticadas pelos reis e nobres. Dentre estas, há que se salientar a Revolução Francesa, que ocorreu em 1789, e que influenciou grande parte do mundo na adoção do novo modelo de sociedade.

Surgiam também as Cartas Constitucionais, que se opõem aos preceitos das sociedades feudal e absolutista, anunciando uma relação jurídica centralizada, denominada Estado de Direito ou o Estado Liberal Burguês, que se contrapõe ao Estado de Nascimento, Estado Despótico ou Estado Monárquico. Se a sorte dos homens era, até então, decidida de forma arbitrária, o Estado de Direito surge para estabelecer direitos iguais a todos os homens – mesmo que perante a lei – buscando pôr um fim na desigualdade a que até então estavam submetidos. Afirma Covre (1999) que pela primeira vez na história da humanidade todos os homens passaram a ser considerados iguais perante a lei. As constituições francesa e norte-americana foram as que primeiro promulgaram este fato, sendo que após a II Guerra Mundial foi ratificado e reorganizado pelas Organizações das Nações Humanas e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

Entretanto, Dallari (1998) aponta que, se foi no ambiente da Revolução Francesa que surgiu a moderna concepção de cidadania, visando a eliminar privilégios, aos poucos, a cidadania também foi utilizada para garantir a superioridade de novos privilegiados. Em 1791, quando os líderes da Revolução Francesa aprovaram a primeira Constituição francesa, recuperaram a idéia de cidadania ativa e cidadania dos romanos antigos. Dessa forma, para a pessoa ter participação ativa na vida política ou ocupar cargos elevados na administração pública não bastava ser cidadão, tinha que ser cidadão ativo. A Constituição Francesa, que surgiu após a Declaração de Direitos (que data de 1789), contrariou a afirmação de igualdade de todos, pois para ser cidadão ativo tinha que ser francês, do sexo masculino, proprietário de bens imóveis e ter uma renda mínima anual elevada. “As mulheres, os trabalhadores, as camadas mais pobres da sociedade, todos estes grupos sociais foram excluídos da cidadania ativa e tiveram que iniciar uma nova luta, desde o começo do século dezenove, para obterem os direitos da cidadania” (Dallari, 1998:13).

O fato da expressão “cidadania” ter-se generalizado, sendo apropriada pelos mais diferentes atores sociais e ganhado espaço na sociedade, faz com que ela assuma intenções diferentes. A cidadania relaciona-se sempre à palavra *Direitos* que possibilitam que o cidadão ou o conjunto de cidadãos (numa concepção mais moderna) tenham a possibilidade de participar mais ativamente da vida em sociedade.

Tornou-se clássica a concepção liberal propagada por Marshall (1967) que generalizou a noção de cidadania em três elementos constitutivos: *direitos civis*, *direitos políticos* e *direitos sociais*. Para ele, o cidadão é o membro completo da sociedade e a cidadania deve brotar de dentro de cada indivíduo e não ser algo imposto (de fora) ao indivíduo. Respeitando a liberdade do mercado, reconhece como direito incontestável o dever do Estado, através da coação, interferir sobre a educação das crianças:

O ignorante não pode apreciar e, portanto, escolher livremente as boas coisas que diferenciam a vida de cavalheiros daquela das classes operárias. (O Estado) está obrigado a compeli-los e ajudá-los a tomar o primeiro passo adiante; e está obrigado a ajudá-los, se desejarem, a dar muitos passos à frente ... somente o primeiro passo é obrigatório (Marshall, 1967:60).

Para o autor, o elemento civil compreende os direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e à justiça. O elemento político deve compreender o direito de participar no exercício do poder político, seja como membro de algum organismo investido de autoridade política, seja como eleitor dos membros que compõem tais organismos. O elemento social relaciona-se a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar completamente na herança social, levando uma vida conforme os padrões que prevalecem na sociedade.

O autor argumenta que “nos velhos tempos, esses três direitos estavam fundidos num só” (Marshall, 1967:64). Com o passar do tempo, as instituições das quais os três elementos da cidadania dependiam se desligaram, fazendo com que cada elemento seguisse o seu próprio caminho, viajando em velocidades diferentes, tornando-se distantes e parecendo estranhos uns dos outros. “O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao século XIX e os sociais ao

século XX” (Marshall, 1967:66).

Ao abordar a questão da cidadania Covre (1999:11) a compreende como “ (...) o próprio direito à vida no sentido pleno.” Da mesma forma que Marshall, a autora detalha a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Para ela, os direitos civis são basicamente relacionados à disposição do próprio corpo, locomoção, segurança, entre outros. Os direitos sociais possibilitam o atendimento das necessidades humanas básicas, garantindo a reposição da força de trabalho, através da alimentação, habitação, saúde, educação etc. Os direitos políticos relacionam-se à deliberação do homem sobre a sua vida, através da livre expressão e participação política, religiosa, cultural, além de relacionar-se à convivência e representação que os homens estabelecem através de organismos representativos como sindicatos, partidos, associações de bairro, movimentos sociais, ou mesmo através do exercício do voto elegendo representantes. Este conjunto de direitos não pode se dar de forma desvinculada, sendo dependentes da correlação de forças econômicas e políticas para se efetivar.

Vieira & Bredariol (1998) partem da concepção de Marshall e ampliam-na, afirmando que a cidadania é composta por direitos de *primeira geração*, direitos de *segunda geração*, direitos de *terceira geração* e direitos de *quarta geração*.

Os direitos de primeira geração contemplam os direitos civis e políticos que, além do direito à liberdade, igualdade, propriedade, direito de ir e vir, direito à vida e segurança englobam a liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, participação política e eleitoral, sufrágio universal, entre outros. São direitos individuais, mas exercidos coletivamente.

Os direitos de segunda geração são direitos sociais, econômicos ou de crédito. Englobam o direito ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, ou seja, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social. São direitos que tornam “reais os direitos formais” (Vieira & Bredariol, 1998:22).

Os direitos de terceira geração, que surgiram a partir da segunda metade do século XX, não têm como titular os indivíduos, mas grupos humanos como o povo, a nação, as coletividades étnicas ou a própria humanidade. Englobam autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, direito do consumidor, das mulheres, crianças, minorias étnicas, jovens, anciãos etc.

Os direitos de quarta geração, relacionados à bioética, ou seja, “*para impedir a destruição e regular a criação de novas formas de vida em laboratório pela engenharia genética*” (Vieira & Bredariol, 1998:23).

Para Arendt apud Lafer (1991) a concepção de cidadania parte do *direito de ter direitos*. O *direito de ter direitos* – que constitui-se no primeiro direito humano, do qual derivam todos os demais – significa pertencer, pelo vínculo da cidadania, a algum tipo de comunidade juridicamente organizada e viver numa estrutura onde se é julgado por ações e opiniões, por obra do princípio da legalidade.

A autora, ao falar sobre as origens e conseqüências dos sistemas totalitários, aborda a condição vivida pelos apátridas – considerado o mais recente fenômeno de massa da história contemporânea, ocorrido a partir da Segunda Guerra Mundial – caracterizando-os como grupos humanos constituídos por pessoas sem Estado. Os apátridas, que deixaram de pertencer a qualquer comunidade política em decorrência da existência de Estados de natureza autoritária, perderam a sua nacionalidade, o direito à residência ou ao trabalho, vivendo permanentemente à margem da lei. A situação angustiante dos apátridas constituiu-se no fato de não existirem leis para eles, vivendo uma condição de completa privação de direitos.

A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – (...) – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los (Arendt, 1990:329).

As idéias de Arendt influenciaram o pensamento de estudiosos brasileiros que consideram que a cidadania, compreendida como o *direito de ter direitos*, constitui-se num dos elementos para a construção de uma *nova noção de cidadania* que emergiu, principalmente, a partir de experiências desencadeadas por significativos movimentos sociais.

O cidadão ou a pessoa que possui direitos e deveres para com a coletividade e dela participa precisa respeitar e defender interesses comuns, por meio da atuação na vida pública. O conjunto de brasileiros – representados pelos mais variados movimentos e

organizações sociais, muitas vezes com interesses contraditórios – no exercício da sua cidadania, deve ter respeitado o seu direito de influir sobre as decisões do governo. Tais exigências não são de um cidadão, mas do conjunto de cidadãos que deve manter uma relação o mais estreita e democrática possível com o Estado, responsável pela gestão da “res pública” ou “coisa pública”.

Montaño (1999:49) ao fazer considerações sobre o Estado Moderno afirma ser deslocado da realidade não relacioná-lo à ordem burguesa, já que derivou da Revolução Francesa e acabou contemplando interesses da burguesia:

O Estado Moderno é, na verdade, uma criação do mesmo projeto instaurador da ordem burguesa, é parte do processo que colocou os proprietários dos meios de produção no poder político-econômico. É, portanto, um instrumento que fundamentalmente, porém não exclusivamente, é criado para garantir a propriedade privada, como fundamento da liberdade individual (burguesa).

Dessa forma as organizações estatais – responsáveis pela concepção, gestão e operacionalização de políticas sociais – não conseguem dar conta de grande parte das exigências ou demandas dos cidadãos, acabando por reproduzir as diferenças sociais que culminam no processo de exclusão social, afetando fortemente a questão da cidadania.

Wanderley (2000) aponta que para muitos estudiosos os direitos civis, políticos e sociais abordados por Marshall, mesmo garantidos através da legislação, constituem-se em “letra morta” para a maioria dos setores da sociedade, pois ficam excluídos dos direitos por não terem acesso a eles. Quando concedidos a tais parcelas da população os direitos são concebidos “como concessões da elite ou do Estado, o que configura a ‘cidadania passiva, excludente, predominante nas sociedades autoritárias’, típicas da sociedade brasileira” (Benevides apud Wanderley, 2000:158).

Este autoritarismo social faz com que predomine uma cultura baseada em critérios de classe, raça e gênero que acaba por classificar diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade: há o elevador de serviço, o refeitório para o trabalhador, a dependência de empregada, etc.

Autores como o americano (Michael Lind apud Sposati, 1997) comentam que é próprio da cultura brasileira ou do “modelo de brasilianização” das relações sociais, não a

separação de culturas por raças, mas a separação de raças por classes. O cidadão branco bem sucedido estaria no topo e, embaixo, estariam os mestiços e os negros. Para ele, é um sistema de exclusão que se dá pelo excesso de riqueza, já que os mais ricos, principalmente os jovens, ignoram as condições de viver da grande maioria dos brasileiros. Têm uma vida transnacional que os faz desconhecer o que é o seu país.

Analisando a sociedade brasileira também sob a ótica cultural DaMatta (1985) considera que, do ponto de vista da prática social – nas relações cotidianas que se estabelecem na vida em sociedade – não ocorre a igualdade de todos os homens em todos os lugares, conforme preconiza a concepção liberal de cidadania. Para ele, o caso brasileiro revela uma noção de cidadania que sofre variações ou uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de seguir integralmente o seu significado político universalista e nivelador.

Baseada em fontes diversas de classificação e filiação dos seus membros, predomina uma *cidadania relacional*: o indivíduo (ou cidadão) que não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade é tratado como um inferior. A palavra de ordem é a *relação* que explica a variação da cidadania. Expressões tão comuns, como por exemplo, “*Você sabe com quem está falando?*” sugerem uma rede de relações sociais baseada em vínculos familiares ou de amizade com pessoas que detêm prestígio e poder, que deixam explícita a cidadania relacional predominante na cultura brasileira.

Abordando também traços da questão cultural, Sposati (1997:1) denuncia:

É de causar espanto a persistência na cultura ético-política dos brasileiros a discriminação ao direito universal da cidadania (...) Por plenos direitos entendo os direitos extensivos a todos, independente de sua posição social. Fala-se e se escreve no Brasil que algo é direito ou de cidadania, mas não se garante, de fato, a consolidação destes direitos para o conjunto da sociedade.

A restrição ou a inacessibilidade aos direitos, mesmo que garantidos por lei, sinaliza aquilo que é denominado por alguns autores de não-cidadania.

Historicamente, tem composto a parcela de não cidadãos – ou excluídos – índios, negros, analfabetos, mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, desempregados ou subempregados, entre outros, num maior ou menor grau de acesso aos direitos. Entretanto,

cada um destes segmentos sociais protagonizaram histórias de resistências, lutas e conquistas que se expressaram através do surgimento e atuação dos movimentos sociais – sejam eles movimentos populares, feministas, ecológicos ou étnicos – sendo os grandes responsáveis por dar um novo significado à expressão “cidadania”.

Os movimentos sociais sempre existiram mas, conforme a percepção de alguns autores, a partir da década de 70 desenvolveram-se novos movimentos sociais no Brasil. Eles tinham algumas características peculiares se comparados com movimentos anteriormente existentes, como por exemplo, a espontaneidade e a gênese a partir de setores até então inferiorizados na escala social. Se, de um modo geral, até então predominava a cidadania passiva, os processos de politização e conscientização, implementados principalmente por inúmeros grupos de educação popular, fizeram com que as pessoas mudassem a sua postura tradicional do pedir às autoridades para a do reivindicar. A reivindicação de direitos iniciou-se com os chamados bens de consumo coletivos como direito à casa, à alimentação, à saúde, ao saneamento; e, num processo progressivo, ampliou-se para a reivindicação por direitos de gênero, da paz, da diferença, ao meio ambiente saudável etc (Wanderley, 2000).

São novos sujeitos sociais que emergem, protagonizados em grande parte por movimentos sociais urbanos ou originados a partir das reflexões impulsionadas por algumas facções da Igreja, por mulheres, negros, homossexuais, ecologistas, que auxiliaram na criação de uma nova mentalidade e de uma nova ordem política.

Para Dagnino (1994) a experiência concreta destes movimentos foi a base fundamental para o surgimento de uma *nova noção de cidadania*, que engloba a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença. Além disso, aliada aos movimentos sociais, agregou-se cumulativamente a ênfase na construção, extensão e aprofundamento da democracia, expressando-se esta num novo estatuto teórico e político em todo o mundo.

A autora aponta ainda um terceiro elemento que contribuiu para a *nova noção de cidadania* – consequência das duas dimensões acima referenciadas – que é o fato de ela organizar uma estratégia de construção democrática e de transformação social, que afirma um *nexo constitutivo* entre as dimensões da cultura e da política. A sociedade contemporânea, ao incorporar questões relacionadas às subjetividades, à emergência de novos sujeitos sociais e novos direitos sociais, à ampliação do espaço da política, tem apontado para construção e

difusão de uma nova cultura democrática. A superação do autoritarismo social que discrimina e classifica as pessoas é fundamental para construção de uma cultura que implemente uma sociedade realmente democrática.

Apesar de continuar vigente a concepção liberal de cidadania, há que se fazer uma distinção – tanto teórica como política – da nova cidadania que emerge a partir dos anos 90. Mesmo não tendo avançado suficientemente, pode-se distinguir os seguintes aspectos:

a) A nova noção de cidadania trabalha com uma redefinição da idéia de *direitos*, já que o ponto de partida é a concepção de um *direito a ter direitos*. Não se limita, portanto, à conquista de direitos legais, ao acesso de direitos previamente definidos, ou à implementação de direitos formais ou abstratos. A noção de direitos surge de lutas específicas e de práticas concretas, como por exemplo, o direito à autonomia sobre o próprio corpo e o direito à proteção ambiental; tal redefinição contempla não só o direito à igualdade como o direito à diferença;

b) A nova noção contempla estratégias dos não-cidadãos, na medida em que emerge “*de baixo para cima*”, com novos sujeitos sociais ativos definindo e lutando por aquilo que consideram direitos. Diferencia-se da concepção liberal, já que esta concebe a cidadania como uma estratégia das classes dominantes e do Estado, incorporando progressivamente setores excluídos da sociedade;

c) Relacionada à difusão de uma nova cultura de direitos – cultura democrática, como citado anteriormente – há um *alargamento* do âmbito da nova cidadania, que propõe um desenho mais igualitário das relações sociais, diferentemente da aquisição ou incorporação formal-legal de um conjunto de direitos, conforme preconizado pela concepção liberal;

d) A nova concepção inclui fortemente a sociedade civil, que constrói e reconstrói permanentemente novas relações com o Estado. Constitui-se num aprendizado para a sociedade como um todo, que passa a conviver com cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos lugares historicamente a eles atribuídos. Diferencia-se da concepção liberal na medida em que *não encerra a luta pela cidadania no reconhecimento formal dos direitos por parte do Estado*;

e) A concepção atual de cidadania *transcende* a reivindicação de acesso,

inclusão ou pertencimento ao sistema político, conforme preconizado pela visão liberal. Além disso, o que de fato está em jogo atualmente é o *direito de participar efetivamente da própria definição do sistema*, que passa pela invenção de uma nova sociedade. Exemplos disso são experiências atuais de gestão do poder local, tais como as do Orçamento Participativo, onde as pessoas além de definir e decidir prioridades, organizam-se em comissões para acompanhar e fiscalizar o trabalho de empreiteiras contratadas;

f) A nova noção de cidadania incorpora tanto a noção de igualdade como a noção de *diferença*. Se a concepção liberal trabalha com a perspectiva do direito à igualdade, a concepção atual incorpora a questão das subjetividades e particularidades próprias de algumas parcelas da população, tais como idosos, deficientes, homossexuais, entre outros.

Para Dagnino (1994:107) as questões acima apontam para a idéia de cidadania enquanto *estratégia política*:

Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, são sempre definidos pela luta política.

Como característica da sociedade contemporânea, é extremamente positivo o fato de a cidadania ser cada vez mais apropriada pelos mais diversos atores sociais. Entretanto, segundo Telles (1994), o jogo de ambivalências presentes na vida social faz com que ela se defina como problema teórico, problema histórico e problema político. À universidade, importante instituição social responsável pela formação pessoal, profissional e política do cidadão, cabe refletir sobre esse “problema”, avaliando que tipo de contribuição tem dado historicamente não só para o seu esclarecimento, mas para a construção de uma sociedade que possa, quiçá, extirpar do seu cotidiano as mais diversas expressões da exclusão.

2.2 A Função Social da Universidade

Vivemos numa sociedade organizacional. A satisfação das demandas e necessidades dos cidadãos cada vez mais são supridas por instituições sociais. Dentre as suas várias conotações, as instituições podem ser entendidas como “uma rede de relações entre comportamentos das pessoas que as constituem” (Botomé, 1996:34), pois as condutas assumidas pelos seus componentes é que gerarão resultados diferenciados na sociedade, caracterizando a concretização das responsabilidades sociais da instituição. Se é o conjunto de instituições que viabiliza a sociedade, pode-se afirmar que a função de qualquer instituição social é melhorar a qualidade de vida de todos na sociedade.

A universidade é parte integrante do complexo de instituições que compõem o sistema social global; deve dar à sociedade a sua contribuição específica, concretizando a sua função social. Mesmo tendo clareza que não existe a universidade, mas as universidades, utilizar-se-á, no decorrer do texto, o termo no singular, pelo fato de abordar aspectos que, muito provavelmente, não diferenciam tanto umas universidade das outras.

Desde o início da sua existência a universidade é reconhecida socialmente como uma instituição que, por excelência, trabalha com qualificação intelectual e profissional dos cidadãos, através de sofisticados conhecimentos. Mais propriamente no século XX, tem-se voltado à pesquisa de ponta, principalmente no campo da tecnologia fina.

Ela é considerada uma das mais importantes instituições sociais atuais, sendo imprescindível em qualquer país que se diz desenvolvido. Tem contribuído significativamente para o progresso da humanidade, já que o seu saber é fundamental para a resolução de problemas que afetam a sociedade.

Quanto maior, mais complexa é a universidade, pois é produtora e dissimuladora de uma gama de conhecimentos que não são só complementares, mas também, contraditórios. Além disso, estabelece diversos tipos de relacionamento com o meio social, interagindo local, nacional e internacionalmente, devendo estar atenta à mundialização do conhecimento, característica fundamental da sociedade contemporânea.

Torna-se, dessa forma, bastante polêmico o debate a seu respeito. Não é única

a sua conceituação, como também não é consensual o debate sobre a sua identidade, missão, finalidade ou função social. Para Pereira (1994:42):

Sua existência tem sido marcada por críticas das mais díspares que refletem fundamentalmente posições divergentes quanto à sua conceituação e finalidade. Esses posicionamentos marcam as diferenciações nas argumentações sobre o papel essencial da Universidade. (...) Alguns defendem uma Universidade voltada principalmente à ciência e à tecnologia, outros lamentam o negligenciamento da cultura geral e das humanidades. (...) se não há consenso quanto às funções da universidade, tampouco há unanimidade sobre a sua ênfase.

Tais contradições acabam culminando naquilo que muitos autores denominam de *crise da universidade*. Conforme Cunha (1989), dentre todas as crises que sofre a instituição universitária, talvez seja a mais perigosa, atual e, quem sabe, responsável pelas demais crises é a crise de identidade, que não deixa de ser reflexo da crise social das sociedades contemporâneas. Em especial no Brasil, da permanente e profunda crise, que distancia e diferencia as pessoas, restringindo o acesso a direitos que garantem a cidadania. Assim, o ensino superior não pode ser analisado, discutido ou avaliado isoladamente. Ele é parte integrante de um contexto mais amplo, sendo que os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais repercutem no sistema educacional, especialmente no ensino superior (Lampert, 1996).

Viajar, mesmo que rapidamente, pela história do ensino superior no Brasil, possivelmente auxilia na tarefa de clarear a compreensão de alguns fatores que contribuíram para a crise atualmente instalada.

Desde os esforços empreendidos pelos jesuítas (no século XVI) até o planejado pela Inconfidência Mineira, foram frustradas as tentativas de estruturar o ensino superior na colônia. Durante séculos, a elite brasileira estudou em Portugal, principalmente na Universidade de Coimbra, que a influenciou cultural e politicamente.

Com a chegada da família real ao Brasil criaram-se os primeiros estabelecimentos isolados públicos no país, que contemplavam os cursos profissionais de Medicina, Engenharia, Artes, Direito etc, cujo caráter era utilitário e imediatista – preparar pessoal para desempenhar funções na Corte, formar oficiais e engenheiros para a defesa militar da Colônia, formar médicos e cirurgiões para o exército e a marinha.

Para Fávero (1977), mesmo considerando que a vinda da família real tenha sido um marco para o ensino superior no Brasil, pode-se afirmar que as escolas criadas pelo Príncipe Regente não nasceram da preocupação e necessidade de se elaborar e desenvolver um modelo cultural brasileiro.

Após a Independência, em 1823, através de debates realizados pela Constituinte, é apresentado um projeto de lei que prevê a criação de duas universidades: uma em São Paulo e outra em Olinda. Entretanto, às vésperas da aprovação da lei é dissolvida a Constituinte, caindo por terra todo o debate realizado.

Durante muitos e muitos anos várias foram as tentativas de criação de universidades no Brasil, destacando-se algumas figuras que se tornaram ilustres na história brasileira, tais como Rui Barbosa, que se pronunciava em defesa da universidade enquanto síntese do saber e não a concentração de três, quatro ou cinco estabelecimentos de ensino superior.

No final do império havia no país 6 (seis) estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade, estabelecidas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Ouro Preto e em Minas Gerais.

É só em 1915, com a Reforma de Carlos Maximiano, que o governo possibilitou a reunião das escolas existentes no Rio de Janeiro, culminando com a criação da primeira universidade no Brasil – a Universidade do Rio de Janeiro – em 1920, denominada posteriormente Universidade do Brasil.

Na década de 30 outras universidades foram criadas, destacando-se as Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, pelo seu espírito inovador. Na década de 40 surgem as universidades privadas religiosas – Pontifícia Universidade Católica – do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os cursos criados por estas instituições eram voltados principalmente para as áreas de ciências humanas e sociais.

No ano de 1961 surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que amplia a participação do controle e poder normativo do Conselho Federal de Educação, abre a possibilidade do ensino superior ser ministrado tanto em universidades como escolas isoladas, mantém o sistema de cátedra e garante a representação estudantil nos órgãos colegiados.

Nesta mesma década afloram os movimentos estudantis em várias partes do mundo, que lutam por oportunidade e qualidade no ensino. Em 1968, quando o movimento estudantil chega ao seu ápice, é promulgada a Reforma do Ensino Superior – que objetiva o trinômio ensino, pesquisa e extensão – constituindo-se num ato político do governo brasileiro, atrelado aos interesses do capital norte-americano, visando a acalmar o movimento e atender reivindicações de docentes e discentes. Foi criado pelo Ministério da Educação um grupo de trabalho encarregado de estudar medidas que deveriam ser adotadas pelo Estado a fim de resolver a *crise da universidade*:

O relatório final desse grupo diz ter essa crise sensibilizado diferentes setores da sociedade, não podendo deixar de ‘exigir do governo uma ação eficaz que enfrentasse, de imediato, o problema da reforma universitária, convertida numa das exigências nacionais’ (Fávero, 1977:63).

Principalmente a partir da década de 70 proliferam-se as instituições de ensino superior de caráter privado, e a educação passa a ser vista e gerenciada como um investimento rentável, norteadas pela competitividade e lucratividade. O número de matrículas cresce vertiginosamente, predominando a quantidade sobre a qualidade. Para (Neves apud Lampert, 1996:93):

A reforma universitária implicou a expansão no setor privado, a multiplicação das escolas isoladas ou aglomerados mal-articulados, a estagnação do crescimento das poucas instituições públicas de ensino, a necessidade de as universidades públicas assumirem novas funções (pós-graduação e o contingente de docentes pesquisadores). Esse crescimento rápido e atabalhoado do ensino superior (...) teve como consequência as universidades mal-aparelhadas, laboratórios ineficientes, bibliotecas paupérrimas e professores incompetentes.

As atividades políticas estudantis mantiveram-se controladas, principalmente a partir de 1964. Passou a predominar a tecnocracia, pois de forma autoritária as atividades universitárias passaram a ser controladas por militares e tecnocratas.

Ampliaram-se também os programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado para dar conta da capacitação do grande contingente de docentes. Estes programas formavam os docentes com conhecimentos fragmentados,

contribuindo para uma visão acrítica e descontextualizada, contribuindo para a reprodução das estruturas sociais vigentes.

Na décadas de 80 e 90 as universidades não pararam de crescer, configurando-se no Brasil um quadro universitário plural: universidades federais, estaduais, municipais e comunitárias. Acompanhando o processo de abertura política e democratização da sociedade como um todo, cada vez mais as universidades passaram a constituir-se em espaços privilegiados de produção de conhecimento e fóruns permanentes de debate sobre a diversidade e complexidade de problemas que assolam o país. Na medida em que se ampliam, diversificam-se e consolidam-se como centros de saber, os mais variados questionamentos a seu respeito também são acentuados, contribuindo para a polêmica em torno da sua identidade e função social.

Botomé (1996) sugere que é a identidade da instituição universitária que a sustenta, delimita e dá sentido; ela dá visibilidade sobre o que a universidade pretende fazer para sociedade.

Aponta ainda, que o fato de a universidade atender indiscriminadamente as demandas que lhe são postas, sendo estas vistas como “algo sagrado pela própria razão de existir”, independentemente da sua origem – seja da população, do governo, de entidades poderosas ou dos próprios componentes da instituição – contribui para a descaracterização da universidade e, conseqüentemente, da sua identidade. Quanto mais frágil for a própria percepção sobre o seu papel social, na medida em que atende indistintamente as mais diferentes e contraditórias demandas, mais a universidade tende a descaracterizar-se.

Outro aspecto que colabora para a descaracterização já citada, é a falta de clareza na distinção entre atividades e objetivos da instituição. Ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes são vistos como se fossem fins (em si mesmos) e não meios para alcançar objetivos mais significativos, que concretizem as funções sociais da universidade.

Na tentativa de clarear a discussão sobre a função social, missão ou atribuições (aqui são tomadas como sinônimos, mesmo tendo clareza da importância da sua diferenciação) da universidade, Botomé (1996) aponta que, tendo como objeto de trabalho o *conhecimento*, a missão da universidade deve ser a de *produzir conhecimento e torná-lo acessível*. Esta é a responsabilidade social maior da universidade, o que lhe dá uma identidade

definida e a diferencia das demais instituições sociais.

A forma como a universidade lida com o conhecimento, já que forma os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior para as sociedades, pode servir à manutenção do sistema dominante ou contribuir para a transformação social. A missão da universidade ou definição da sua identidade relacionam-se, portanto, à perspectiva e direcionamento que se pretende dar à universidade, qual seja, de manutenção da ordem social vigente (associada as suas penosas conseqüências) ou da sua superação.

Segundo documento publicado pelo Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2000:s/p), a universidade, ao assumir posição de transformação da sociedade brasileira:

Deve ser um espaço aberto às discussões que viabilizem o pleno exercício da cidadania para a superação da exclusão ou marginalização que ainda mantém grande parte da população alheia ao exercício de seus direitos sociais, políticos e econômicos e afastada do processo de transformação que se opera em todas as áreas do conhecimento humano.

O documento coloca ainda que, se na universidade, ciência, arte, tecnologia e cultura têm funções sociais definidas, devem guiar-se pela prioridade de atender as necessidades do local, da região e do país. Se a universidade participa da sociedade, deve estar atenta e sensível aos seus problemas e apelos.

Torna-se necessário, por parte dos seus integrantes, uma busca constante do equilíbrio adequado entre as demandas que lhes são socialmente exigidas e os saberes e inovações que surgem do trabalho dos seu corpo docente, discente e técnico-administrativo.

Se a construção do conceito de cidadania traz na sua história a sombra da exclusão, as sociedades democráticas impõem a universalização dos direitos que este conceito, em sua origem, visava manter como privilégio.

A partir do momento em que, no seu cotidiano, a universidade brasileira conseguir absorver a preocupação com a cidadania, tornando-se visível nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ela passará a ter a cara da sociedade.

Enfim, na definição da sua função social, a universidade deve firmar com maior clareza o propósito de contribuir de forma efetiva para a construção de uma sociedade melhor, que não se preocupe somente com desenvolvimento de tecnologia de ponta, mas também, com o desenvolvimento de processos que possibilitem a promoção e consolidação da cidadania para o conjunto da sociedade.

2.3 Extensão Universitária: da Assistência à Cidadania

As reflexões até então levantadas sobre universidade e sociedade são extremamente importantes quando se pretende analisar a questão da extensão universitária, pois, juntamente com o ensino e a pesquisa, ela possibilita a concretização da função social de tão importante instituição.

Dentre as conceituações mais recentes sobre extensão, encontra-se a que a considera um processo educativo, cultural e técnico-científico, devendo possibilitar relações de crescimento mútuo entre universidade e sociedade, sendo indissociável do ensino e da pesquisa.

Ao estudar a extensão universitária brasileira numa perspectiva histórica, Gurgel (1986) afirma que ela sofreu fortemente a influência de duas importantes vertentes: a norte-americana e a européia. A primeira, concebeu a extensão cooperativa (ou rural) e a extensão universitária (ou geral), influenciando na concepção de extensão enquanto prestação de serviços, seja de natureza social ou técnica. A segunda, que concebeu a extensão a partir da idéia de universidades populares, marcou pelo enfoque voltado mais acentuadamente ao desenvolvimento da cultura. Assim, atividades como “prestar serviços”, “dar cursos variados”, “promover eventos”, passaram a ser funções da universidade brasileira.

Para Botomé (1996) as marcas deixadas pelas duas vertentes fixaram práticas atualmente consolidadas mais pela repetição e pelo costume do que pela compreensão do efetivo papel da extensão na relação com o ensino e a pesquisa ou nas relações entre Ciência, Universidade, Educação e Sociedade.

As primeiras menções sobre o termo “extensão” no Brasil, ocorridas na década de 30, já a vinculavam à sociedade, na perspectiva de contribuir para o aperfeiçoamento do meio social. Entretanto, a extensão era limitada a cursos e conferências, sendo caracterizada por expressões como “benefício coletivo”, solução de “problemas sociais”, “vinculação íntima com a realidade”. Critica Botomé (1996:61), que esse foi o início da alteração da natureza da instituição universidade, já que foi criada uma nova função que prestaria benefícios para a sociedade, redimindo-a da sua alienação – pois mantinham-se inalteradas as características tradicionais do ensino e da pesquisa. Outra crítica feita pelo autor é que as atividades (cursos e conferências) que deveriam levar o conhecimento à sociedade atendiam (e ainda atendem) muito mais os interesses acadêmicos do que os da sociedade, cabendo a esta um papel de receptora ou destinatária do que é produzido pela academia.

Em 1938, o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, definiu que uma das funções da universidade seria a de difundir cultura, através da sua integração na vida social popular. No final da década de 50 e início da década de 60, época em que se propunha a reforma universitária em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, veio novamente à tona o papel ou compromisso social da universidade, sendo que a extensão passou a ser vista como uma forma de possibilitar a transformação social do país. Para Botomé (1996:65), “a extensão universitária já era concebida não só como redentora social, mas também como capaz de redimir a pesquisa e o ensino universitário do descompromisso e da alienação.”

Mesmo apresentando formulações relativas à extensão incompletas ou equivocadas, nesse período havia a tentativa de definir *como* a universidade cumpriria o seu papel social. Entretanto, o golpe militar ocorrido em 64 mudou este rumo, já que a legislação passou a definir a extensão como complemento da pesquisa e do ensino. Caberia à extensão fazer o que o ensino e pesquisa não faziam, dotando-os de capacidade crítica e inovadora.

No ano de 1975 o Ministério da Educação criou a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), cujo objetivo era coordenar nacionalmente a extensão universitária. A Comissão Mista que propôs a criação do CODAE conceituava extensão baseada nos estudos do Conselho de Reitores, reafirmando o comprometimento didático desta função, afirmando que “o que compete à universidade é estender à comunidade suas atividades inerentes (ensino e pesquisa) sob a forma de cursos ou serviços especiais” (CRUB apud

Gurgel, 1986:130).

Nesta época, procurou-se estabelecer limites para a extensão visando não deformá-la, pois ela não poderia ser vista como qualquer atividade extramuros da universidade. Além disso, havia a preocupação em não comprometer a missão da universidade, prevenindo o desperdício de recursos.

O autor coloca, ainda:

A extensão teria de ser encarada 'como algo próprio e permanente na vida das universidades', como 'eficiente instrumento de reforma universitária e, também, como forma de participação das comunidades, em função do processo de desenvolvimento' (Gurgel,1986:130).

Os documentos que surgiram sob influência da CODAE reforçavam fortemente a idéia de que a universidade deveria assessorar as comunidades. O relacionamento entre universidade e comunidade era visto como uma troca de valores. A extensão era concebida como um ensino-aplicação, representando um tipo de aprendizagem mais viva. (Hoffmann apud Gurgel, 1986).

Para Botomé (1996), na época da criação da CODAE, Paulo Freire já havia publicado o seu livro⁶ que propunha a substituição do termo extensão por comunicação, o que acabou influenciando – apenas no discurso – alguns dos que elaboravam os documentos. Palavras como retroalimentação, integração, abertura, equilíbrio e projeção, que representavam “o movimento dialético da ida e volta”, possibilitando mudanças na sociedade e na universidade ficaram, por vários anos, apenas no papel, servindo, muitas vezes, para encobrir práticas extensionistas e as sua influências na pesquisa e no ensino superior.

No decorrer da década de 80, as atividades de extensão não se aperfeiçoaram da mesma forma que se proliferaram, caindo num intenso ativismo social, com concepções paternalistas e assistencialistas.

A concepção assistencialista de extensão, que provém da idéia de *estender* – alguns estendem algo a outros que não tem – carrega uma dimensão unilateral, tipo via de

⁶ O livro a que o autor se refere é “Extensão ou Comunicação?”, publicado por Paulo Freire no ano de 1971.

mão única, pois somente a universidade vai à sociedade.

Freire (1992:22) ao fazer uma análise crítica do termo extensão, relacionada à concepção assistencialista, coloca:

Daí que, em seu 'campo associativo', o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa' o negam como um ser de transformação do mundo.

Segundo (Frantz apud Schaffrath, 1994) analisa que a elaboração do saber passou a ser função da universidade que, controlada pelas elites, concebeu a universidade como fonte do saber e, desta ruptura, resulta a postura prepotente que concebe a extensão como transferência de saber de quem sabe para quem não sabe, como atitude caritativa voltada prioritariamente para pessoas carentes, como favor a ser prestado aos que não podem.

A extensão de cunho assistencialista institucionalizou-se no Brasil após o golpe militar de 64, em função da postura repressiva assumida pelo governo militar, que não permitia a existência de idéias divergentes das suas. Além disso, os movimentos estudantis, que fervilhavam naquela época, passaram a exigir uma relação mais estreita entre a universidade e a sociedade, pleiteando que socializasse os conhecimentos por ela produzidos.

A análise de documentos daquela época demonstra que predominavam duas visões de extensão: uma delas, a da extensão como instrumento de conservação e manutenção da ordem social (assistencialista); a outra, pensava a universidade como uma instituição inovadora e transformadora (numa perspectiva de modernização técnica).

A concepção assistencialista, que é também uma invasão cultural e que visa adaptar ou integrar os beneficiados ao modelo de desenvolvimento vigente, através de atividades esporádicas e descomprometidas, foi a que acabou se institucionalizando. Ela encara o "assistido" como um objeto do conhecimento e não como um sujeito que, através do conhecimento, torna-se protagonista da sua própria história. Não estimula o espírito crítico, mas, pelo contrário, trabalha na perspectiva de que a realidade que está posta não é passível de transformação.

Em contraposição a esta concepção, a extensão pode ser vista como

comunicação. Paulo Freire (1992:69), o grande idealizador da extensão como comunicação – que elaborou as suas idéias quando refletia sobre o trabalho do agrônomo no interior do Chile – alega no seu livro que “ a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é só transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.”

A atividade de extensão estabelece sempre uma relação pedagógica e, como tal, deve ser encarada na perspectiva da comunicação verdadeira, que é aquela se faz criticamente, com co-participação, numa relação dialógica.

Outro aspecto importante que deve inspirar o trabalho de comunicação é o humanismo, que deve basear-se na ciência e não na opinião, que deve pretender verdadeiramente a humanização dos homens, rejeitando formas de manipulação:

Todo o esforço no sentido da manipulação do homem para que se adapte a (...) realidade, além de ser cientificamente absurdo, visto que a adaptação sugere a existência de uma realidade acabada, estática e não criando-se, significa ainda subtrair do homem a sua possibilidade e o seu direito de transformar o mundo. A educação que passa a ser verdadeiramente humanista, tem que ser libertadora, não pode, portanto, caminhar neste sentido. Uma das suas preocupações básicas, pelo contrário, deve ser o aprofundamento da tomada de consciência que se opera nos homens enquanto agem, enquanto trabalham (Freire, 1992:76).

Criticando a visão assistencialista, o autor aponta que ela é rígida, dogmática e autoritária. “Anestesia” os educandos deixando-os a-críticos e ingênuos diante do mundo, é um instrumento de dominação que impede que os “assistidos” se vejam a si mesmos como “assistidos”.

Botomé (1996) ressalta que a extensão é um dos componentes mais importantes na definição da identidade da universidade, pois caracteriza-se por uma inserção direta na sociedade. No período de 1960 a 1990 ocorreu no Brasil uma intensa cooptação da universidade para e através das atividades de extensão (predominantemente de cunho assistencialista), contribuindo para a descaracterização progressiva da universidade e, conseqüentemente, para a sua crise de identidade.

Se, na perspectiva de (Cunha apud Botomé, 1996), a responsabilidade social da universidade é *criar conhecimento e torná-lo acessível*, as atuações sociais da instituição –

e, conseqüentemente, das atividades de extensão – devem ser *condição* para isso, não substituindo este papel fundamental.

Imprescindível, portanto, é delinear como pode ou deve ser relação entre universidade e sociedade, para conceber a extensão universitária. Torna-se necessário discutir e esclarecer qual o papel da extensão universitária em relação ao que até então foi convencionalmente chamado de compromisso social da universidade, considerando que o ensino e a pesquisa não podem ser relegados a um segundo plano. A extensão não pode ser vista como um *privilégio* – como conceituam alguns autores – para o exercício do compromisso social da instituição, mas sim, como um *instrumento* para tal, tanto como a pesquisa e o ensino. “O compromisso social da universidade precisa ser realizado por todas as atividades da instituição e não apenas considerar uma delas como sendo aquela que o realiza, enquanto as demais, que não o fazem, justificam a existência e ‘papel privilegiado’ daquela que ‘realiza’” (Botomé, 1996:77).

A universidade não pode ser superestimada, como sendo, por si só, a responsável por resolver todos os problemas da sociedade. A extensão, por sua vez, não pode ser concebida como redentora dos equívocos que historicamente tenham se estabelecido entre universidade e sociedade. Entretanto, pode contribuir de forma mais eficaz na edificação de uma sociedade mais autenticamente cidadã.

Nesta direção, o Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2000:s/p) considera que “a universidade pode reavaliar o seu papel e contribuir para uma nova cultura da cidadania no Brasil”.

Mesmo sendo pretensioso e paradoxal particularizar a questão da promoção da cidadania como responsabilidade apenas dos serviços de extensão, cabe a ela propor algumas diretrizes que orientem ações extensionistas voltadas à cidadania, não perdendo de vista a necessidade de firmar e fortalecer parcerias com demais instituições que defendem os mesmos interesses. A extensão universitária tem um papel decisivo quanto à promoção e superação do isolamento em que os atores sociais são mantidos, condição agravada pela atual crise brasileira.

São Diretrizes do Programa:

A ação acadêmica das universidades públicas, em particular as atividades de extensão, devem voltar-se prioritariamente para os setores da população que vem sendo sistematicamente excluídos dos direitos e da compreensão da cidadania. O engajamento das Universidades na luta pela cidadania plena só se realiza através da efetiva articulação com instituições e organismos da sociedade brasileira, sociedade civil e política, igualmente comprometidas com as transformações do atual quadro de exclusão social, devendo esta iniciativa associar-se ao esforço da iniciativa privada e do setor empresarial geral, nos sentido de garantir um processo interativo e amplamente participativo com todos os interesses para a consolidação da cidadania plena. (...) A ação cidadã das universidades implica em repensar suas próprias relações internas à luz dos valores da cidadania.

Os Princípios Gerais abordam aspectos como: propiciar a formulação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional-cidadão; priorizar ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo que requerem potencializar sua organização política; desenvolver ações em parcerias com lideranças, instituições das comunidades e dos movimentos sociais; induzir a consolidação da organização das comunidades, garantindo que as ações sejam assumidas coletivamente na solução de problemas coletivos, visando à autonomia das comunidades e não ações de caráter assistencialista; explorar e apropriar vivências e experiências do cotidiano das comunidades, buscando desencadear uma relação mútua de ensino-aprendizagem; possibilitar um diálogo aberto entre a universidade e as comunidades ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária, entre outros.

Num programa de extensão que tenha tais princípios, a participação da comunidade é condição básica para a sua eficácia. Ela não pode ser vista, senão, como responsável pelo seu próprio desenvolvimento. O seu grau de participação relaciona-se com o nível de consciência da sua condição de cidadania.

Enfim, no contexto atual, pensar sociedade, universidade e extensão na perspectiva da cidadania, não deve se resumir na simples modernização de termos. De nada adianta substituí-los ou embelezá-los: pobreza por exclusão, discriminação por apartação, direitos sociais, políticos e civis por nova cidadania. Superar a cultura assistencialista que ronda a sociedade brasileira, impregnando as mais variadas instituições sociais, significa romper com velhos paradigmas que impedem ao povo brasileiro ver-se como ser humano, indistintamente e independentemente de credo, raça ou região. Talvez resida aí o maior dos desafios.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica parte de um problema, de um tipo de interrogação, pretendendo responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno (Lakatos & Marconi, 1992).

Para Castro (1977) a metodologia, como um conjunto de regras que esclarece como proceder no curso de uma investigação, tem por objetivo ajudar o pesquisador a compreender não só produto, mas também o próprio processo da pesquisa.

Este capítulo, ao considerar o tema e o problema da pesquisa, caracterizará o processo de pesquisa adotado e esclarecerá os procedimentos metodológicos que nortearam a investigação realizada.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A investigação do problema de pesquisa ocorreu através do método denominado *Estudo de Caso*, pois pretendia-se analisar particularidades de situações concretas, quais sejam, dos Programas de Extensão Universitária ECOSS e PPEPL, da UNOESC-Campus de Chapecó.

Conforme Martinelli (1999), no Estudo de Caso é realizado um levantamento de vários dados da realidade que se pretende conhecer, sendo que a exploração e o aprofundamento dos dados transcende a realidade investigada, pois são submetidos a análises complexas.

Neste tipo de Estudo, articula-se o caráter técnico com o caráter lógico, ou seja,

a investigação da realidade é apoiada em referências teóricas. O campo de investigação é definido e o problema é selecionado cuidadosamente. A fundamentação e a compreensão da realidade investigada devem basear-se em métodos de análise do real, que evidenciam a relação entre o singular e o universal.

Os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados através da abordagem predominantemente *qualitativa*.

A pesquisa qualitativa parte de um fenômeno que é real, concreto e possível de ser estudado. Tal fenômeno é enfocado indutivamente, possibilitando que os significados e interpretações surjam como a totalidade da sua especulação, já que este fenômeno é observado e percebido no contexto.

Para Triviños (1992), esta abordagem permite a inserção na estrutura íntima, latente, não visível ou observável à simples observação ou reflexão do fenômeno. Busca-se descobrir as relações que cercam o fenômeno investigado, avançando no conhecimento dos seus aspectos evolutivos, possibilitando identificar as forças decisivas responsáveis pelo seu desenrolar característico.

Para Minayo (1994:21), a pesquisa qualitativa preocupa-se:

com um nível de realidade que não pode ser quantificado. (...) ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesta abordagem ocorre a escolha de um assunto ou problema, a coleta e a análise das informações, mesmo que tais etapas não sejam tão rígidas como nos estudos quantitativos. Ela parte da descrição, busca captar não só a aparência, mas também a essência do fenômeno estudado.

Pretendeu-se, através da aplicação da pesquisa, investigar significados e percepções do fenômeno *cidadania* – problema central da pesquisa – sob a ótica do gestor, do agente executor, das lideranças envolvidas com os programas de extensão estudados, visando analisar e descrever se as ações desencadeadas promovem a cidadania. Além da cidadania,

pretendeu-se captar a percepção dos entrevistados sobre a relação que a universidade deve estabelecer com a sociedade.

3.2 Delimitação da Pesquisa: Universo e Amostragem

Conforme Castro (1977) o *Princípio da Evidência Total* pressupõe que na escolha da amostragem seja usada toda a evidência disponível, com o maior rigor e eficiência. O que garante a cientificidade do procedimento não é necessariamente o critério aleatório para a escolha da amostra, mas sim, o princípio geral que indica a adoção de procedimentos eficientes, garantindo o tratamento mais rigoroso possível. Sem dúvida, a amostragem não-aleatória pode fornecer informações extremamente úteis e importantes.

Para Triviños (1992), não é preocupação da pesquisa qualitativa a quantificação da amostragem. A pesquisa qualitativa decide intencionalmente o tamanho da amostra, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas, etc).

Minayo (1994:43) afirma que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. “Uma pergunta importante neste item é ‘quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?’ A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.”

As afirmações feitas por estes importantes autores iluminaram a pesquisadora quanto aos critérios utilizados para a escolha da amostragem da pesquisa. Reforçaram a idéia da escolha intencional, já que o que interessou foi a busca da evidência e a maior eficiência possível na busca desta evidência, ou seja, a aplicação adequada do Princípio da Evidência Total em Ciência.

Dentre os 12 (doze) programas de extensão universitária atualmente

cadastrados na UNOESC-Chapecó, optou-se pela investigação dos projetos permanentes *ECOSS* e *PPEPL*, que integram o Curso de Serviço Social, pelo fato de ambos apresentarem como proposta central ações voltadas à promoção da cidadania.

3.2.1 O Programa ECOSS – Extensão Comunitária em Serviço Social

O ECOSS, primeiro programa de extensão comunitária do Curso de Serviço Social da UNOESC-Chapecó, configura-se em campo de estágio curricular para acadêmicos do curso.

Desde 1991, realizaram estágio neste programa aproximadamente 30 (trinta) alunos e, atualmente, conta com 18 (dezoito) acadêmicos do Curso de Serviço Social, pertencentes ao 5º (quinto), 7º (sétimo) e 9º (nono) períodos. Entretanto, como as demandas se ampliam significativamente, há a possibilidade concreta da inserção de acadêmicos de outras áreas do conhecimento (psicologia, educação física, enfermagem, educação artística), através da oferta de estágios curriculares.

A proposta central do ECOSS é a de realizar trabalhos na área de *Organização e Educação Popular* com moradores da Região do CAIC⁷, localizado nos Bairros São Pedro e Boa Vista⁸, englobando as comunidades das Vilas Natal e Progresso I e II, o Conjunto Habitacional Vida Nova, a Baixada do Bairro Maria Goretti, o Conjunto Habitacional Alto Alegre e a Vila Betinho. Esta região conta com aproximadamente 7.000⁹ moradores que, na sua grande maioria, sofrem o fenômeno da exclusão social.

São objetivos do ECOSS:

a) Proporcionar à população de Chapecó e aos seus diversos segmentos sociais,

⁷ O CAIC é o Centro de Atendimento Integral à Criança, que atende em torno de 1.100 crianças na Região do Bairro São Pedro. Estão vinculados ao CAIC, além da escola, serviços descentralizados da Prefeitura Municipal de Chapecó, nas áreas da Saúde, Economia Solidária, Cultura, Esporte e Assistência Social.

⁸ Atualmente o programa atua somente nesta localidade.

⁹ Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó, 2.000.

através do conhecimento disponível na Universidade, possibilidades de organização, mobilização e formação para que possa enfrentar de forma organizada os problemas colocados pela realidade de exclusão social a que estão submetidos;

b) Possibilitar aos alunos do curso de Serviço Social a inserção no exercício profissional supervisionado através de ações articuladas de ensino, de pesquisa e de extensão voltadas para a organização das populações na busca da *ampliação e consolidação da cidadania*.

Atualmente, os trabalhos estão sendo desencadeados com base na Política de Ação Comunitária da Região do CAIC¹⁰, concebida, no final de 1999, por lideranças comunitárias, técnicos que atuam nas mais variadas instituições da região, professores e estudantes da universidade.

A Missão da Política de Ação Comunitária é “Melhorar a qualidade de vida da população da região do CAIC, formulando políticas de ação comunitária, resolvendo problemas com a comunidade e fortalecendo as organizações na promoção da *cidadania*.”

A Política de Ação Comunitária está sendo desdobrada por grupos de trabalho que adotam medidas concretas de enfrentamento das seguintes questões: violência, geração de renda, meio ambiente e capacitação de lideranças comunitárias. São integrantes dos grupos de trabalho: lideranças comunitárias, lideranças institucionais, representantes das instituições parceiras no projeto – UNOESC, secretarias da Prefeitura Municipal de Chapecó, Polícia Militar, Programa Iberê, Programa Educativo Verde Vida e SINE.

Além da intervenção nas áreas específicas – violência, geração de renda, meio ambiente e capacitação de lideranças comunitárias – há estagiários intervindo em grupos organizados existentes na região – grupos de mulheres, associações de moradores, grupos de adolescentes, grupos de jovens – além da Cooperativa de Reciclagem Vida Nova.

¹⁰ A Política de Ação Comunitária da Região do CAIC foi elaborada no final de 1999 e surgiu a partir da constatação que haviam várias instituições atuando na região, sem alcançar resultados significativos. O objetivo foi, então, convergir os esforços nas ações desencadeadas.

3.2.2 O Programa PPEPL – Participação Popular no Espaço do Poder Local

O PPEPL é um Programa de Participação Popular no Espaço de Poder Local, destinado a Movimentos Sociais, Sindicatos, Associação de Moradores, Conselhos Comunitários, Conselhos de Direitos, Associação de Pais e Professores, Grupos de Mulheres de Idosos e Religiosos, Organizações Não Governamentais, Prefeituras Municipais, Instituições de Ensino, entre outros. O objetivo principal deste programa é: “Contribuir na construção de espaços públicos democráticos, através de capacitação técnica e política dos atores sociais, visando a construção de um poder popular capaz de garantir políticas públicas comprometidas com os interesses populares”. Atualmente, conta com a participação de estagiários dos cursos de Serviço Social, Pedagogia e Filosofia.

O programa surgiu em 1997, como uma proposta de parceria entre Administração Pública de Chapecó, Movimentos Sociais, UNOESC e CEPIS¹¹. A construção desse programa deu-se devido à necessidade de envolver a população no processo de participação popular na gestão pública.

Na efetivação de uma administração participativa, surgiu a necessidade de instrumentalizar os atores populares para *tomarem* parte desse processo. Por isso, o programa PPEPL, juntamente com seus parceiros, desenvolveu atividades de capacitação desses atores, levando em consideração que a organização e a participação são um processo contínuo de construção e reconstrução que visa atender às necessidades organizativas e de ampliação da participação para consolidação da *cidadania*.

Para a UNOESC o PPEPL é considerado um programa de extensão, indo além dos muros da universidade, pela possibilidade de diálogo com a metodologia de Educação Popular e os Cursos de Serviço Social e Psicologia.

¹¹ O CEPIS é um Centro de Educação Popular, localizado na cidade de São Paulo.

Para os Movimentos Sociais, a contribuição na construção do programa deu-se devido à necessidade de organização que os diversos movimentos apresentavam.

Para a Administração Pública, esse programa veio suprir a necessidade que a Administração tinha de instrumentalizar os atores populares a *tomar* parte no processo de construção das políticas públicas do município.

Para a efetivação desse programa, em 1997, foi formulado um Convênio de Cooperação Técnico-Científico, Cultural e de Prestação de Serviços, celebrado entre Administração Pública e UNOESC. A manutenção financeira foi distribuída da seguinte forma: os Movimentos Sociais contribuíram financeiramente com uma porcentagem de 18,86% do valor do projeto, bem como, com recursos humanos e materiais. O restante do valor do projeto foi dividido entre a UNOESC e a Administração Pública.

De 1998 até 1999, o programa passou a ser financiado apenas pela universidade e Administração Pública. Os Movimentos Sociais continuaram contribuindo com o programa, desta vez como trabalho (divulgação das atividades, no planejamento das atividades, entre outras).

O CEPIS foi responsável pela condução das atividades educativas e formativas do programa no período de 1997 a 1999. A partir desta data, a UNOESC, a Administração Pública e os Movimentos Sociais passaram a ter autonomia sobre o programa.

Em 1999, aconteceu um curso de capacitação para educadores populares, envolvendo professores universitários, estagiários e técnicos, tendo como objetivo capacitar os atores envolvidos no processo formativo para que esses viessem a trabalhar posteriormente como educadores populares.

O PPEPL busca consolidar-se na Região Oeste de Santa Catarina, constituindo-se como referência na área de educação popular pelos seguintes aspectos:

a) trabalha num enfoque de parceria, tornando-se, inter-institucional;

b) tem dado a sua contribuição no processo de participação e organização da população na Administração Popular de Chapecó, especialmente no Orçamento Participativo, cujas ações têm como princípio a participação popular;

c) tem contribuído no processo de organização e participação da sociedade civil na construção de políticas públicas comprometidas com os interesses populares;

d) tem possibilitado a construção de um novo projeto popular, de capacitação das organizações comunitárias e da própria gestão popular;

e) tem capacitado lideranças de movimentos sociais e do Orçamento Participativo.

São considerados alguns desafios para o PPEPL: gerar novas formas de participação popular; conseguir que os movimentos sociais se articulem entre si para garantir sua sustentabilidade; não deixar que o programa seja apenas de cunho acadêmico ou público, mas voltado aos interesses populares; compreender os diferentes “olhares”; trabalhar as diferenças entre os segmentos envolvidos e realmente atingir a base (envolver um número maior de pessoas possível).

Atualmente o PPEPL desenvolve suas atividades através das seguintes linhas de ação:

a) capacitação política e técnica: instrumentalizar os sujeitos envolvidos no processo, quanto a questões organizativas e temáticas, para o reordenamento político das cidades, através de cursos, seminários, encontros, fóruns e outras atividades;

b) assessoria e consultoria: quando os sujeitos apontam a necessidade de auxílio especializado para tratarem de situações organizativas às quais o trabalho formativo não responde;

c) estudos e pesquisas: para instrumentalizar os sujeitos no aprofundamento de conhecimento sobre a realidade em seus diversos aspectos – político, social, econômico, cultural, ambiental – possibilitando a (re)construção do conhecimento e das ações organizativas destes sujeitos.

De um modo geral, as ações são desenvolvidas em 4 (quatro) momentos complementares e concomitantes entre si: diagnóstico, planejamento do processo produtivo e entrega do processo.

3.2.3 Os Entrevistados

Como proposto nos objetivos, foram entrevistados os níveis de gestão da área de extensão da universidade, agentes executores e lideranças.

Foram considerados gestores a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Extensão e a Coordenadoria Geral de Extensão. A gestora entrevistada exerce o seu cargo desde que foi criado, ou seja, há 1 (um) ano.

Vinculados ao programa ECOSS, foram entrevistados 4 (quatro) agentes executores, 4 (quatro) lideranças institucionais e 7 (sete) lideranças comunitárias.

Os executores entrevistados foram: 1 (uma) professora e 3 (três) estagiários. A professora entrevistada, apesar de exercer a função supervisora do programa, foi também considerada executora, pelo fato de operacionalizar uma série de atividades relacionadas à Política de Ação Comunitária, que é a “espinha dorsal” do programa. Ela está atuando no ECOSS há quase 4 (quatro) anos.

Quanto aos estagiários, eles frequentam o 9º. (nono) e o 7º. (sétimo) períodos do curso de Serviço Social, sendo que 1 (um) deles está no programa há 2 (dois) anos e os outros 2 (dois) há 1 (um) ano e meio. Não foram entrevistados estagiários do 5º. (quinto) período, pelo fato de terem ingressado neste semestre no ECOSS, passando a intervir somente a partir do mês de outubro, época da realização das entrevistas.

As lideranças foram categorizadas em dois tipos: lideranças institucionais e lideranças comunitárias.

Entendeu-se por lideranças institucionais os diretores de 2 (duas) escolas da região – que ocupam os seus cargos há 4 (quatro) e 6 (seis) anos – a diretora geral do CAIC – que está na direção há 1 (um) ano e meio e, além deste cargo, participa do Conselho de Saúde da Região e do Orçamento Participativo – e 1 (uma) representante do Programa Verde Vida¹² – que está há 4 anos no seu cargo. São pessoas que não residem na localidade, mas são

¹² O Programa de Reciclagem Verde Vida é uma organização do Terceiro Setor, que trabalha com separação e comercialização de Lixo Reciclável. Constitui-se num programa sócio-educativo, que desenvolve um série de atividades com 50 adolescentes que residem na região.

consideradas lideranças pelo fato de representarem instituições sociais instaladas naquela região. Além disso, como estão envolvidas diretamente com as ações desencadeadas pelo programa, contemplam as condições necessárias para opinarem sobre as questões abordadas na pesquisa. Foram 7 (sete) as entrevistas feitas com lideranças institucionais.

As lideranças comunitárias são moradores que são considerados referência nas comunidades da região do CAIC, já que assumem cargos de direção nos grupos organizados existentes. O tempo de residência destes moradores na região do CAIC varia de 10 (dez) a 44 (quarenta e quatro) anos, dado que demonstra que são moradores antigos, que identificam e vivenciam as problemáticas existentes no Bairro. Dentre os mais variados cargos que exerceram e/ou exercem nos grupos organizados, pode-se citar: Ministério do Batismo, Presidência e Secretaria de Clubes de Mães, membros de Pastoral da Igreja e Pastoral da Criança, membros de APP's, Conselheiros Escolares, Conselheiros Comunitários, Conselheiros do Orçamento Participativo e Conselheiros de Saúde, Delegados do Orçamento Participativo, Fiscais da Saúde e do Posto Policial, membros da Comissão do "Pé no Bairro", membros da Comissão da Violência e Meio Ambiente (da Política de Ação Comunitária da Região do CAIC), Coordenadores de Grupos de Jovens, entre outros. A escolha destas lideranças para comporem a amostragem também foi intencional, pois de uma forma ou de outra já se envolveram com atividades desencadeadas pelo ECOSS.

Quanto ao PPEPL foram entrevistados 3 (três) executores: 1 (um) professor do Curso de Serviço Social e 2 (dois) representante da Prefeitura Municipal. Dois deles estão no programa 4 (quatro) anos e meio e, o terceiro está envolvido com o PPEPL há 2 (dois) anos.

As 4 (quatro) lideranças comunitárias entrevistadas são representantes de grupos de mulheres da cidade de Chapecó, que estão freqüentando um curso de capacitação ministrado pelo PPEPL. Na suas comunidades, exerceram e/ou exercem cargos como: Coordenação de Grupos de Mulheres, Presidência de APP's, Diretoria e Presidência do Conselho da Igreja, membros de Conselho Pastoral.

3.3 Levantamento, Análise e Interpretação dos Dados

Os dados levantados para efeitos deste estudo foram de dois tipos: primários,

ou seja, coletados através da realização das entrevistas; e secundários, que se originaram do manuseio dos documentos disponíveis sobre ambos os projetos.

A técnica de entrevista utilizada foi a *entrevista semi-estruturada* realizada com gestores, agentes executores e lideranças (institucionais e comunitárias) envolvidas com os programas de extensão investigados, durante o mês de outubro de 2.000. (Anexo 1)

Triviños (1992) esclarece que a entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, que apoiados em teorias ou hipóteses que interessam à pesquisa, dão margem a amplas interrogações que vão surgindo na medida em que as respostas vão sendo construídas. As perguntas fundamentais que, a priori, constituem a entrevista semi-estruturada são resultados da teoria que ilumina o investigador, além de todas as informações que ele coletou no processo de investigação.

A interpretação dos dados ocorreu através da *Análise de Conteúdo* das verbalizações transcritas das entrevistas. Para Martinelli (1999), este método tem por objetivo compreender criticamente os sentidos das comunicações, tanto nos manifestos latentes, como os seus significados explícitos e implícitos. O suporte instrumental da Análise de Conteúdo é qualquer tipo de mensagem ou formas de expressão dos sujeitos sociais, que produzem um conhecimento não-linear. Buscou-se, então, um novo olhar para as comunicações expressas pelos entrevistados que – considerando a postura teórica, política e cultural da pesquisadora – potencializou a produção de um novo conhecimento, onde a história e a cultura se fizeram presentes.

3.4 Limitações da Pesquisa

No momento do levantamento dos dados surgiram algumas dificuldades, que acabaram por limitar o presente estudo.

Havia sido planejada a realização de entrevistas com as 2 (duas) gestoras dos programas de extensão em questão; entretanto, face aos inúmeros compromissos assumidos por 1 (uma) delas, a entrevista não se efetivou.

No programa PPEPL, não foram consideradas lideranças institucionais pois,

predominantemente, a abordagem deste programa se dá junto a lideranças comunitárias.

As lideranças comunitárias ficaram limitadas a participantes de um curso de capacitação que está ocorrendo com grupos de mulheres, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Habitação da Prefeitura de Chapecó, sendo que o PPEPL está ministrando o curso.

Foram feitas tentativas no sentido de localizar outras lideranças que participaram de atividades anteriores realizadas pelo programa. Entretanto, seja por mudança de endereço ou por indisponibilidade de tempo por parte do possível entrevistado, as entrevistas acabaram não ocorrendo.

Considera-se esta uma limitação significativa pois, sem dúvida, a riqueza deste programa de extensão mereceria uma coleta de dados mais ampla, o que teria proporcionado melhores informações sobre o problema de pesquisa, mesmo considerando ser qualitativo o enfoque deste estudo.

Não há a intenção de generalizar os resultados alcançados neste estudo para os demais programas de extensão da UNOESC-Chapecó.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo serão trabalhados os dados coletados através das entrevistas realizadas, visando contemplar os objetivos propostos no presente estudo. Ele contempla os seguintes tópicos: relação universidade e sociedade, concepções de cidadania, relação extensão universitária e cidadania e, principalmente, a percepção dos entrevistados sobre os programas de extensão ECOSS e PPEPL no que tange à promoção ou não da cidadania.

4.1 A Relação entre a Universidade e a Sociedade

A extensão universitária é considerada uma das atividades da universidade, juntamente com o ensino e com a pesquisa. Portanto, ela não existe como um fim em si mesma, devendo contribuir para o alcance dos fins a que se propõe a Instituição de Ensino Superior. Partindo dessa idéia, antes de questionar os entrevistados sobre a extensão e a cidadania, pretendeu-se constatar quais as suas percepções sobre a universidade, possibilitando identificar como concebem a função social ou missão da universidade na sociedade.

Ao serem indagados sobre *que tipo de relação a universidade deve estabelecer com a sociedade?* as colocações dos entrevistados foram as seguintes:

Para o gestor:

Deve ser uma relação de interação; a universidade é parte e reflexo da sociedade, a interação entre as mesmas pode e deve possibilitar mudanças na universidade como também na sociedade. Se acreditarmos, tal como Botomé (1996), que a função da universidade é produzir conhecimento e torná-lo acessível, a forma, a maneira como possibilitamos esse acesso caracteriza o tipo de relação que a universidade estabelece com a sociedade. No campus Chapecó, o Plano de Desenvolvimento da Extensão, aponta em um de seus pressupostos 'na direção de uma universidade fortemente articulada com o seu meio, enraizada entre os segmentos sociais que compõe a sua região de abrangência e que responde aos seus desafios através da produção e difusão do conhecimento' (Plano de Desenvolvimento da Extensão/2000).

Na ótica dos executores:

A universidade constrói um saber que deve levar para aqueles que não têm a oportunidade de ter acesso a ele. A universidade deve estabelecer uma relação de troca. A sociedade dá retorno à universidade, a extensão é fundamental no sentido de romper com o academicismo, ela faz a relação com a sociedade. Ela traz elementos de análise social para a universidade. Todo o professor deveria fazer essa relação. A pesquisa qualifica, mas por si só, fica solta (...) Não sei se eu conseguiria ver a realidade como ela é se não trabalhasse com extensão... No caso do Serviço Social, o ensino prepara bem o aluno para que ele possa chegar lá e ter o contato com a realidade. Ele (o ensino) possibilita todo o processo de discussão sobre a sociedade, sobre a necessidade de transformações, através de perspectivas teórica. A extensão permite um bom encaminhamento disso. Os núcleos¹³, que são atividades de ensino, proporcionam retomar todos estes elementos, muito em particular no caso do ECOSS (Executor 1 – Supervisor ECOSS).

Uma relação mais igualitária, onde a população possa ter acesso às informações que a universidade pode fornecer. A universidade deve ser mais participativa, através de programas, projetos, atividades culturais (Executor 2 - ECOSS).

Acho que tem que haver uma troca. A sociedade 'acolhe' o universitário, colabora com a universidade e o retorno deve existir através de resultados: bons profissionais, atendimento social, disseminação de informações. Através da pesquisa e extensão deve propor serviços que tragam resultados para os problemas existentes (Executor 3 - ECOSS).

¹³ Os Núcleos Temáticos são atividades de ensino do curso de Serviço Social, que fazem parte do processo de estágio supervisionado. O estágio supervisionado contempla a prática de campo (72 horas), a participação em Oficinas de Supervisão (24 horas) e a participação nos Núcleos Temáticos (24 horas). Atualmente, o curso conta com quatro núcleos: Organização Popular e Poder Local, Trabalho, Seguridade Social (Políticas de Assistência, Previdência e Saúde) e Família.

Na minha opinião a universidade deve sair das quatro paredes e buscar na realidade da sociedade novos conhecimentos, pois é estabelecendo uma relação confiável com a sociedade que se obterá respostas ao trabalho realizado (Executor 4 - ECOSS).

Não só de levar as coisas, mas sim, de troca de conhecimento. A universidade, além de explorar o conhecimento que a sociedade proporciona, também deve levar conhecimento. A crítica que se faz à universidade, que fica fechada, é porque existe distância da realidade social ... não sai dos seus muros. Deve estabelecer uma relação de troca com clareza, sabendo qual é o seu papel. Deve pesquisar, deve elaborar conhecimento e retornar para a sociedade (Executor 1 - PPEPL).

Na universidade se constrói muito conhecimento. Ela deveria assumir o compromisso de repassar mais estes conhecimentos para a comunidade. Não somente através do ensino, dentro da universidade, mas também através de programas de extensão que atendam também a população mais carente, que normalmente não tem muito acesso ao conhecimento produzido pela universidade, até porque essa população não vai ler livros... (Executor 2 - PPEPL).

Uma relação de proximidade. Boa parte da população vê a universidade como a representante do saber e se acha distante disso. A universidade pode e deve estreitar a sua relação com a população, fazer com que o conhecimento acumulado traga benefícios à população mais carente (Executor 3 – PPEPL).

Nos depoimentos do gestor e dos executores, predomina o ponto de vista que a relação que a universidade deve estabelecer com a sociedade é de *troca de conhecimentos*, surgindo, também, a importância não só dela *repassar* o seu conhecimento para a comunidade, como também, trazer para dentro da universidade novos conhecimentos produzidos pela sociedade.

Não há como falar em universidade sem falar em saber ou conhecimento. Percebe-se, entretanto, que a conotação dada a esse saber não é unilateral, mas ocorre numa relação de *interação* com o meio social.

Acredita-se que tais opiniões corroboram com o pensamento de Botomé (1996) – que inclusive é citado por um dos entrevistados – que aponta que a missão específica da universidade é produzir o conhecimento e torná-lo acessível. Se a missão da universidade deve estar centrada na sua relação com a sociedade, para contribuir de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo, ela não pode adotar uma postura

de proprietária de um saber pronto e acabado que simplesmente vai ser oferecido à sociedade. Este saber deve estar sensível aos problemas e apelos dos sujeitos sociais pertencentes aos grupos sociais com os quais interage (Plano Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, s/d).

Entretanto, para um dos entrevistados, nessa relação de troca há que se ter *clareza* sobre o papel a ser desempenhado pela universidade.

Sem dúvida, a discussão sobre o papel da universidade na sociedade é profunda e contraditória, exigindo uma análise complexa. Visando clarear este aspecto, Botomé (1996) coloca que o trabalho a ser feito pela universidade – que é complexo, profundo, sutil e duradouro – deve identificar-se com o papel da ciência, exatamente porque capacita a fazer e não porque “faz no lugar de”. Dessa forma, o trabalho científico e universitário pode ser considerado revolucionário na medida em que *prepara* os sujeitos ou agentes sociais existentes na sociedade, para que estes também cumpram os seus papéis específicos.

Para os entrevistados, o saber deve *extrapolar os muros* da instituição, que deve *aproximar-se* mais da sociedade, tornando-se acessível principalmente *àqueles que não têm acesso ao saber* por intermédio do ingresso no nível superior, pois *boa parte da população vê a universidade como a representante do saber e se acha distante disso*.

Se parcela significativa da população brasileira não tem nem o sonho de ingressar numa universidade, torna-se um grande desafio encontrar alternativas que possibilitem que o saber universitário seja difundido para a sociedade como um todo – reconstruindo-se a partir dessa interação – e não acentuando cada vez mais o privilégio para uma minoria.

Nesse sentido, é apontado por um dos executores a necessidade da *aproximação* da universidade com a sociedade, tornando-se mais *participativa*; deve refletir numa relação mais *igualitária* no que se refere ao acesso às informações processadas ou conhecimentos produzidos pela universidade.

Para Mezomo (1994:254) a universidade deve estar aberta para o mundo não devendo fechar os olhos para os problemas éticos e sociais da sociedade, que é prisioneira da

ignorância e de privilégios, sofrendo violência e desigualdade, que se refletem num *apartheid* que a própria sociedade insiste em não querer ver.

Cita-se, também, que a relação estabelecida pela universidade deve ser *confiável*, o que irá refletir no resultado esperado do trabalho realizado. Acredita-se que essa relação confiável implica na adoção de uma postura de humildade por parte da universidade, guiada fortemente por uma conduta ética que respeite a dimensão cultural e o conhecimento apropriado daqueles com quem desenvolve o seu trabalho.

Surge noutro depoimento a questão dos *resultados* do trabalho, relacionando-os às atividades de extensão e de pesquisa. Um dos entrevistados aponta que a *pesquisa qualifica mas, por si só, fica solta; a extensão permite romper com o academicismo* existente dentro da universidade.

Novamente há que se pensar nas reflexões apontadas por Botomé (1996) que alerta que o ensino não deve ser alienante, nem a pesquisa deve ser alienada, caindo-se no equívoco de conceber a extensão como geradora de resultados que possibilitará redimir a universidade, definindo o seu papel na sociedade. Acredita-se que o academicismo – sem jamais negar o conhecimento científico – muitas vezes criticado por vários segmentos sociais, deve ser rompido tanto pelo ensino, como pela pesquisa e pela extensão.

As lideranças institucionais deram os seguintes depoimentos sobre a relação universidade e sociedade:

Vejo que vem ocorrendo uma abertura, a universidade parece estar se abrindo, não está sendo tão acadêmica. Está contribuindo no processo cultural, político e social da comunidade e vejo isso com bons olhos. Esse é o caminho. A minha preocupação está no desafio que é fazer um trabalho destes, que dê mais frutos, que atinja mais lideranças (...) desde os professores que já passaram pela universidade e estão na escola mas não estão na comunidade. O desafio é um trabalho desses dar um retorno maior, que a comunidade veja o quanto é importante. O problema é que tradicionalmente as lideranças foram formadas dentro de um segmento (Igreja, saúde, educação...) O desafio é formar lideranças com um enfoque mais comunitário, mais coletivo, que tenha visão mais ampla. O Orçamento Participativo quebrou um pouco essa segmentação, as pessoas passaram a participar como membro da comunidade. Acho que a universidade tem que pensar também nesta perspectiva (Liderança Institucional 1).

Na comunidade, no bairro, já está fazendo bastante coisa. Acho que poderia ampliar, melhorar mais. No caso da nossa instituição, deveria participar do Programa (Liderança Institucional 2).

Uma relação democrática e participativa, trabalhando com a comunidade, como por exemplo o ECOSS, que trabalha aqui na região do CAIC (Liderança Institucional 3).

Integrar-se trazendo presente para a comunidade que a universidade não é algo inatingível e sim que ela possui mecanismos de aproximação com todos e também pode socializar conhecimento construindo experiências e projetos com todos e não somente com alguns (Liderança Institucional 4).

Já, as lideranças comunitárias do ECOSS e do PPEPL apontam da seguinte forma a relação universidade e sociedade:

A universidade pode contribuir muito com a sociedade, como por exemplo, o que os estagiários fazem aqui. Eles permitem que as pessoas, através da universidade possam se entender. A partir do trabalho deles a gente começou a se entender, a entender como fazer o trabalho melhor (Liderança Comunitária 1 - ECOSS).

Participo das atividades da universidade aqui no bairro desde o início, acho muito bom. Mas se as pessoas participassem mais, o bairro melhoraria. O pessoal é muito desmotivado. No começo o pessoal se ajudava. De uns anos para cá estão mais desunidos, desmotivados. Quando não tinha água, se uniam, brigavam ... Os líderes melhores saíram, se mudaram do bairro ... É importante a universidade trabalhar com a comunidade, ajuda a gente a adquirir conhecimento. A gente tem muita dificuldade de se expressar. Ajuda na comunicação ... ainda mais que a gente não tem estudo (Liderança Comunitária 2 - ECOSS).

A universidade pode contribuir muito com a comunidade. Muita coisa que a gente não sabe, ajuda ... a gente pode perguntar. A universidade poderia trazer mais cursos, porque muitas pessoas precisam de trabalho (Liderança Comunitária 3 - ECOSS).

É importante essa relação porque nós conseguimos avançar bastante, mais de 50%, com a ajuda da universidade. Dá para dar nota 10. Depois que a universidade veio para cá mudou bastante, ela está conseguindo trazer as pessoas, está formando

lideranças. Tem mais gente que está querendo participar. O trabalho da universidade é importante porque está clareando mais (Liderança Comunitária 4 - ECOSS).

Acho que não tenho condições de falar sobre isso, pois não faz muito tempo que estou acompanhando o trabalho da universidade (Liderança Comunitária 5 - ECOSS).

A universidade pode e deve se expandir e não ficar só lá dentro. Deve contribuir com a sociedade ensinando, orientando, mostrando que lá não é um grupo fechado, mas que está disposto a ajudar. Acho que essa forma que vocês fazem é a melhor forma, se vestir como a comunidade, se identificar com a comunidade. A forma como vocês estão fazendo é certa e adequada (Liderança Comunitária 6 - ECOSS).

Uma interligação, ficando a par dos problemas que existem na sociedade e junto com as pessoas tentar buscar as soluções (Liderança Comunitária 7 - ECOSS).

A universidade é uma comunidade no sentido do estudo. Ela não vive sem as comunidades. A universidade deveria estar mais aberta para a sociedade. Uma coisa boa é aquela que não tem que fazer o vestibular para entrar, mas considera as notas que o aluno teve no segundo grau¹⁴. Acho que a universidade até está começando a se abrir mais, este é o primeiro curso que a gente está tendo e que é ministrado pela universidade. Outro bom exemplo é aquele escritório de advocacia¹⁵ no centro da cidade (Liderança Comunitária 1 - PPEPL).

Acho que a gente na sociedade está desligado da universidade. Poderia ter uma união maior. A universidade poderia contribuir mais com cursos, apesar de que também eu não sei até que ponto poderia ajudar. Talvez com a capacitação das comunidades (Liderança Comunitária 2 - PPEPL).

Poderia ser melhor. Acho que, desde o estudo, as pessoas pobres deveriam ter acesso à universidade, deveria ser mais barato, dar mais oportunidade para aqueles que têm menos renda (Liderança Comunitária 3 - PPEPL).

Eu vejo muita distância. A partir do momento que a gente se encontrou pela primeira vez, lá no curso, eu vi que há muita distância, que a gente não sabe de nada que ocorre lá. A universidade era muito fechada ... os caras entram lá e saem formados e acabou. A gente nem se ligava no assunto. O curso foi bom, bem participativo, teve

¹⁴ A entrevistada refere-se ao SAEM, que é um sistema de ingresso no ensino superior, através da avaliação das notas obtidas no segundo grau.

¹⁵ A entrevistada refere-se ao Escritório Sócio Jurídico, Programa de Extensão Interdepartamental da UNOESC e campo de estágio para acadêmicos dos Cursos de Serviço Social e Direito.

fundamento e as pessoa participavam e davam a sua opinião, falavam bastante. Já é uma forma de se abrir, é um bom início... (Liderança Comunitária 4 - PPEL).

Constata-se que, na sua grande maioria, tanto as lideranças institucionais como as lideranças comunitárias do ECOSS, ao falarem sobre a relação que a universidade deve estabelecer com a sociedade, acabam referindo-se ao trabalho que este programa, enquanto extensão universitária, está desencadenado na comunidade. Tais depoimentos, contrastados com os do gestor e dos executores, demonstram que os líderes acabam por não fazer uma análise mais ampla, nem no que se refere à universidade, nem no que se refere à sociedade.

Eles não citam, por exemplo, as demais atividades da universidade, quais sejam o ensino e a pesquisa, como se a relação entre universidade e sociedade se estabelecesse apenas através da extensão.

Considerando que boa parte dos entrevistados acabam por identificar a sociedade muito mais como sendo a sua própria comunidade, há que se perguntar por que não analisam a sociedade de uma forma mais ampla e por que não identificam as atividades de ensino e de pesquisa.

Essa constatação parece contraditória se considerarmos que, no caso da UNOESC - Chapecó – o que não é diferente de outras universidades brasileiras – o ensino destaca-se como sendo o carro-chefe, ou seja, a atividade que predomina fortemente entre as demais. Além disso, são divulgadas através da televisão ou das rádios locais – veículos de comunicação mais acessíveis aos moradores – informações sobre concurso vestibular, além de uma série de notícias sobre os cursos da universidade.

Talvez essa contradição ocorra pelo fato do acesso ao ensino superior tornar-se tão inacessível a eles (como aponta uma das entrevistadas do PPEPL) que acabam por não identificá-lo e, o que é pior, nem criticam essa impossibilidade de acesso, que é o que acaba fazendo a entrevistada do PPEPL.

Parece que o tripé ensino, pesquisa e extensão tão propagado pela literatura que trata da função social da universidade, não está assim tão claro para os entrevistados, não contemplando, na prática, a afirmação de Sant'Anna, usada no documento que trata das Políticas, Diretrizes e Regulamentos para a Pesquisa, Pós-graduação e Extensão na UNOESC

(1995:70) que aponta:

A universidade é um espaço aberto que favorece a crítica, possibilitando a transformação da Universidade de si mesma enquanto parte dessa sociedade, com capacidade para entender as necessidades dos diferentes segmentos sociais, através das funções que lhes são próprias: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sem esquecer a perspectiva de Botomé (1996) que ensino, pesquisa e extensão são atividades e não funções da universidade, os depoimentos demonstram que, no caso pesquisado, o espaço universitário não é tão aberto como deseja a autora, já que há uma significativa limitação por parte dos entrevistados sobre a própria concepção que tem de Universidade.

Beloni (1996), ao abordar a questão da avaliação institucional relacionada à universidade, faz duras críticas tanto às atividades de ensino, como de pesquisa e de extensão. Para ela, o ensino de graduação está muito mais voltado para a formação de profissionais liberais, ou seja, para o exercício individual, sem um projeto social coletivo. A pesquisa ou produção científica, artística e cultural, em nome da liberdade da cátedra e soberania do pesquisador, de um modo geral, não tem estado relacionada com o mundo real e imediato. A extensão caracteriza-se muito mais por uma conotação assistencialista, que nem sempre consegue estabelecer um canal de interlocução apropriado nem com a instituição, nem com os usuários. E, por sua vez, a gestão não consegue mudar as regras e as estruturas vigentes, voltando-se muito mais para o administrativo do que para o acadêmico.

Nessa perspectiva, os entrevistados do PPEPL demonstram um maior nível de criticidade, afirmando que a Universidade deveria estar *mais aberta* à sociedade, já que há muita *distância* entre ambas, estando uma *desligada* da outra. Este pensamento acaba vindo ao encontro das afirmações dos executores quando apontam a necessidade da universidade se aproximar mais da sociedade.

Acredita-se que a afirmação de uma das entrevistadas: *os caras entram lá, saem formados e acabou*, retrata a percepção de Beloni (1996) sobre a distância que a universidade mantém do espaço social esgarçado em que está inserida, além do enfoque individualista que é dado no ensino superior.

Com base no pensamento de uma das lideranças institucionais, que afirma que: *a universidade deve mostrar que não é algo inatingível e que possui mecanismos de aproximação, através de projetos e experiências*, o ECOSS é apontado pela grande maioria das lideranças como um bom exemplo de aproximação. As colocações: *a forma como vocês estão fazendo é certa e adequada; nós conseguimos avançar 50% com a ajuda da universidade, dá para dar nota 10; a universidade ajuda a gente a se entender, vejo que está ocorrendo uma abertura*, retratam essa situação de proximidade, acreditando ser um grande exemplo demonstrativo que o desafio da aproximação universidade e sociedade não é tão difícil de ser superado.

Entretanto, a avaliação positiva vem associada a mais expectativas, quando alguns afirmam que poderia melhorar, oferecendo mais cursos, inclusive profissionalizantes de nível médio, que não se caracterizam como atividades da universidade.

As entrevistadas do PPEPL também apontam como positivo o curso que estão participando, como uma primeira aproximação delas com a universidade, *pois já é uma forma dela se abrir, um bom início*.

Considera-se interessante a visão de uma das lideranças institucionais, a respeito da segmentação pela qual tem passado as lideranças, no seu processo de formação. Para o entrevistado, é um desafio para a universidade formar lideranças com um enfoque mais *comunitário*.

Talvez esta constatação seja reflexo da forma como os próprios movimentos sociais tem se organizado historicamente, qual seja, setorizada e localizadamente; as reivindicações são pela pavimentação da rua, pelo esgoto, pela luz, pela creche, pela escola, pelo posto de saúde, pela moradia, sendo encaminhadas, muitas vezes, por organizações diferentes, pertencentes ao mesmo espaço social.

Para Vigevani (1989) a fragmentação da maioria dos movimentos sociais é resultado do enraizamento de um discurso político de caráter setorizado e localizado, sendo que os movimentos acabam por não formular reivindicações mais abrangentes.

Considerando que o trabalho do ECOSS é pautado na proposta de organização e educação popular, para que realmente tenha o caráter *mais comunitário* (como cita a

liderança), a participação da comunidade é fundamental; caso contrário, o programa corre o risco de não alcançar os objetivos almejados.

A participação surge como um desafio: há afirmações sobre a necessidade dos moradores *participarem mais das atividades*; como também, a percepção que a universidade está auxiliando na superação deste desafio, já que *está conseguindo trazer mais pessoas*.

Quando surgem os depoimentos: a universidade está *ajudando a adquirir conhecimentos; que o trabalho está clareado mais; ela (a universidade) pode capacitar as comunidades*; acredita-se que vem ao encontro do pensamento de Botomé (1996) sobre a função social da universidade (produzir conhecimento tornando-o acessível). Não se deve esquecer, entretanto, que este conhecimento deve possibilitar que as soluções dos problemas sejam pensadas junto com a sociedade e não pela sociedade. Os dois programas de extensão estudados demonstram estar seguindo esta direção, já que trabalham fortemente com capacitação, na perspectiva da educação popular.

4.2 Concepções de Cidadania

Como o problema central da pesquisa abordou a questão da cidadania, considerou-se importante identificar qual a concepção de cidadania por parte dos entrevistados, visando contrastá-las. Foram então indagados: *O que o Sr.(a) entende por Cidadania?* e responderam:

O gestor:

É a possibilidade plena de se ter acesso e exercer direitos sociais, como direito a liberdade, a vida, a segurança, a um trabalho, a saúde, educação etc.

Os agentes executores:

O conceito que eu mais gosto é o da Dagnino. É o direito de ter direitos. O fundamento da cidadania é a igualdade, mas a contradição da cidadania é a

desigualdade entre as classes. Aonde a gente vai trabalhar essa contradição? É no espaço público, na relação sociedade/Estado. Ela (a Dagnino) trabalha a cidadania também enquanto direito à diferença. Se o fundamento é a igualdade a contradição é a desigualdade. Ela trabalha o direito à desigualdade. Direito de ter direitos ... o cidadão ter o direito de decidir o que é melhor para ele. Como se consegue isso? É num processo de organização (Executor 1 - Supervisor ECOSS).

É a qualidade em que o cidadão se encontra de possuir direitos sociais, econômicos, culturais e de liberdade política quanto à escolha dos seus governantes (Executor 2 - ECOSS).

Cidadania é estar exercendo direitos e deveres sociais, políticos e civis. Isso através do trabalho, sendo respeitado, participando das discussões e decisões que definem os rumos políticos e sociais do município, estado ou país. Ter acesso aos direitos que a lei assegura, bem como, participar da sua definição (Executor 3 - ECOSS).

Entendo que a cidadania é o direito de ter direitos, ou seja, é mais do que ter alimentação para sobreviver. Engloba a habitação, a educação, a assistência e todos os direitos que possibilitam uma vida digna para as pessoas (Executor 4 - ECOSS).

Para mim, cidadania é uma categoria básica, principalmente em função do Serviço Social. Ela extrapola o direito ao acesso ... Você só é cidadão se for autônomo nas decisões que toma. Para construir cidadania deve-se trabalhar a autonomia das pessoas e dos grupos. A cidadania é uma apropriação, a gente se apropria da cidadania individual e coletivamente. É um processo de apropriação o próprio processo de construção da cidadania (Executor 1 - PPEPL).

Ser cidadão é ter condições de participar ativamente da sociedade, seja individualmente, seja através de grupos organizados... o ter condições contempla também ter saúde, educação, moradia... (Executor 2 - PPEPL).

Cidadania é usufruir dos direitos civis e políticos que nos cabem. É usá-los para melhorar as nossas condições de vida. É preciso cobrar, mas também, participar dos deveres (Executor 3 - PPEPL).

Nos depoimentos do gestor e dos executores predomina a concepção tradicional de cidadania, ou seja, relacionada à idéia de direitos civis, políticos e sociais.

Entretanto, alguns executores adotam a nova concepção de cidadania, ou seja, a idéia de que o cidadão passa a ter o *direito de ter direitos*, incluindo não só o *direito à*

igualdade, mas também, o direito à diferença. Nessa linha de pensamento, para um dos entrevistados, a cidadania extrapola a idéia do *direito ao acesso* já que, para se trabalhar na perspectiva da promoção da cidadania, há que se trabalhar a *autonomia das pessoas e dos grupos sociais*.

Vieira & Bredariol (1998:29) destacam, nessa concepção, “o surgimento de direitos como a autonomia sobre o próprio corpo, a moradia e a proteção ambiental, direitos indispensáveis numa sociedade moderna, mas que não vigoram dentro do nosso Estado.”

Comentam, ainda, que a nova cidadania, na idéia de autonomia, deseja sujeitos sociais ativos que definam quais são os seus direitos. Ela clama por uma nova sociedade, onde é necessária uma maior igualdade nas relações sociais, novas regras de convivência social e um novo sentido de responsabilidade pública, onde os cidadãos são reconhecidos como sujeitos de interesses que são válidos, de aspirações que são pertinentes e de direitos que são legítimos.

Para uma das executoras que adota a nova concepção, *é no espaço público, na relação sociedade/Estado* que se trabalha a contradição da cidadania que é a desigualdade social.

Corroboram com o pensamento de Vieira & Bredariol (1998), que colocam que a invenção de uma nova sociedade exigirá uma maior abertura de espaço na gestão das políticas públicas e por novas relações entre Estado e sociedade.

Verifica-se que a nova noção de cidadania predomina entre os executores que são professores universitários. Como a maioria dos executores de ambos os programas adota a concepção tradicional, talvez reflita o fato de a nova concepção, apesar de apropriada pelos professores, não esteja sendo trabalhada entre os acadêmicos que são executores do ECOSS nem entre os demais executores do PPEPL.

Para as Lideranças Institucionais:

Cidadania para mim é um grande sonho. É a pessoa, o ser humano sentir-se participante do processo social: eu sou cidadão, eu tenho importância, eu mereço que a sociedade olhe por mim. Cidadania é ter direitos e deveres. Deveres não como algo estanque ... um, dois ou três deveres ... eles devem ser considerados junto a um monte de questões. Tem muito ainda o que construir, cidadania é uma constante.

O cidadão tem que participar, levar adiante as idéias, fazer acontecer... (Liderança Institucional 1).

São os direitos que as pessoas têm de alimentação, moradia, votar, de viver com dignidade. Quando a gente fala em resgatar a cidadania de um adolescente aqui no Programa, por exemplo, é garantir que eles tenham tudo isso, além da participação nas decisões. O que mais me preocupa é como as pessoas são conformadas em relação a isso (Liderança Institucional 2).

É tudo ... são os direitos que os indivíduos e os grupos têm. Enfim, tudo é cidadania, inclusive a ética (Liderança Institucional 3).

Cidadania é você poder instrumentalizar quanto ao conhecimento necessário para reivindicar seus direitos enquanto cidadão e poder ter acesso aos bens básicos necessários para ter uma vida conforme prevê a constituição, ou seja, o acesso à moradia, educação, saúde, lazer e o direito de ir e vir (Liderança Institucional 4).

Para as Lideranças Comunitárias:

Cidadania para mim significa que, no momento em que a gente se encontra desamparado, como a situação em que nos encontrávamos, que ninguém nos dava valor¹⁶. A partir do momento em que conseguimos montar um negócio, ficamos conhecidos, tivemos a oportunidade de resgatar a nossa cidadania (Liderança Comunitária 1 - ECOSS).

Direitos e deveres. Direito de ter estudo, saúde, remédios ... não só de votar... leis também. Acho que todo o cidadão deve saber até onde pode chegar ou não (Liderança Comunitária 2 - ECOSS).

Cidadão é nós termos liberdade, não termos preconceitos. Estamos sendo massacrados pelo governo do FHC. Tem muito funcionário da prefeitura que não é capacitado e não respeita o ser humano. Atende a gente mal, não trata como cidadão (Liderança Comunitária 3 - ECOSS).

¹⁶ A liderança está se referindo ao fato de que antes de residirem no bairro e constituírem uma Cooperativa de reciclagem, moravam e vivam do lixão de Chapecó.

No meu modo de pensar é a pessoa que está acompanhando, participando, colaborando com a sociedade. É uma pessoa que contribui com a comunidade, que participa, que quer melhorar (Liderança Comunitária 4 - ECOSS).

Lutar pela comunidade, pela cidade, pelo município ... enfim, lutar para ter bons resultados (Liderança Comunitária 5 - ECOSS).

São pessoas, são direitos humanos. Até está tendo um esforço por parte dos cidadãos grandes¹⁷ no sentido de ajudar a gente. Falta aos cidadãozinhos aqui da comunidade se mexer, mostrar o seu valor e ter vontade de aprender e de ensinar. Ensinar porque se a gente aprende a gente ensina também. Este bairro tem tudo para melhorar (Liderança Comunitária 6 - ECOSS).

Cidadania é o cidadão usufruir de seus direitos perante a sociedade, mas também cumprir com os seus deveres políticos, sociais... (Liderança Comunitária 7 - ECOSS).

É a educação do povo. Para alguém ser cidadão deve ter educação, saúde e alimentação. Deve ter uma vida digna, o que hoje não está muito fácil. Hoje em dia tem que batalhar, e muito, para sobreviver (Liderança Comunitária 1 - PPEPL).

A gente precisava até estudar para responder o que é a palavra cidadania. Não é uma palavra nova, mas é difícil de responder (Liderança Comunitária 2 - PPEPL).

A palavra não me traz nenhuma idéia (Liderança Comunitária 3 - PPEPL).

A gente houve falar bastante mas é pouco exercida, pouco aplicada. A cidadania são direitos que as pessoas têm, de serem livres, de ter coisas ... é diferente do que a gente vê... Ter direito a opinar, escolher, como o voto por exemplo. Eu estava ouvindo hoje o jornal, sobre o voto nos Estados Unidos. Acho que no Brasil tinha que ser que nem lá. Aqui no Brasil as pessoas são obrigadas a votar e essa obrigação faz com que haja muita compra de voto...pela obrigação, os que não têm consciência vendem o seu voto (Liderança Comunitária 4 - PPEPL).

¹⁷ Quando afirma grandes cidadãos, a liderança está se referindo às pessoas que estão realizando trabalhos no bairro que são representantes da Prefeitura Municipal e da Universidade.

Verifica-se que, ao falar sobre cidadania, todas as lideranças institucionais citam a palavra *direitos* o que aconteceu também com gestor e executores. Entretanto, o mesmo não ocorreu com as lideranças comunitárias: a palavra *direitos* apareceu na minoria dos depoimentos.

Dentre os que não citam a palavra *direitos*, surgem expressões como liberdade, educação, saúde e alimentação. Num dos depoimentos, o entrevistado exemplifica a sua história como sendo um exemplo de *resgate* da cidadania, na dificuldade de conceituar o próprio termo. Em outros dois casos, os entrevistados não conseguiram conceituar a cidadania.

Mesmo tendo claro que saúde, educação e alimentação são direitos de cidadania, essa acaba por se constituir numa definição muito restrita, se comparada com o significado mais amplo da palavra. Quanto àquele que afirma ter tido a oportunidade de *resgatar* a sua cidadania, a partir do momento em que teve a oportunidade de montar um negócio, há que se perguntar: que resgate foi este, se anteriormente as pessoas que viviam no lixão de Chapecó se aproximavam muito mais da condição de não-cidadania. Este momento, na vida destas pessoas, talvez esteja sendo a primeira oportunidade de usufruir de alguns direitos de cidadania, que são ter uma casa para morar e um trabalho para se sustentar.

Porém, talvez pior do que isso, seja o fato de algumas pessoas não conseguirem nem definir o que é cidadania.

Considerando que as lideranças comunitárias estão muito mais próximas da condição de exclusão do que de cidadania plena, há que se refletir sobre o que aponta Sposati (1970), ou seja, que pobreza é uma situação antagônica ao direito como conceito ou como categoria histórica na sociedade brasileira, na medida em que riqueza e direito são ainda, e infelizmente, parceiros exclusivos.

Associada à denominação *direitos*, nos depoimentos das lideranças surge a palavra *deveres*: acho que todo cidadão *deve saber aonde pode chegar ou não*, é também *cumprir com deveres políticos e sociais*. Se contrastar com os depoimentos do gestor e executores, somente num deles surgiu a palavra *deveres*.

A partir disso constata-se que, apesar de não terem acesso a uma série de direitos que propaga a condição de cidadania, lideranças comunitárias têm clareza que tem obrigações perante a sociedade.

Para Demo (1999) “a cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Trata-se de uma das conquistas mais importantes da história. No lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos. (...) No lado dos deveres, aparece sobretudo o compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade.”

Surgiu em dois depoimentos das lideranças, e em depoimentos de executores a palavra participação relacionada à cidadania: é a *participação nas decisões*, cidadão é a pessoa que *participa*.

Demo (1999:18) diz que “participação é conquista, para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, num constante vir-a-ser, sempre se fazendo.” O espaço de participação precisa ser conquistado centímetro por centímetro, sendo que todos os processos participativos são profundos e tendem a ser lentos.

A participação é conquista não somente na ótica da comunidade, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual. As comunidades que sofrem processos de exclusão social não têm o hábito da participação, não é por descuido ou por destino, mas por força de um processo histórico que lhes impôs tais condições.

Ainda, para o autor (1999:23):

A redução da desigualdade só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos (...) A liberdade só é verdadeira quanto conquistada. Assim também é a participação. E isto fundamenta a dimensão básica da cidadania. Não só deveres; há direitos também. Por outra, não há só direitos; há deveres igualmente.

Uma das entrevistadas do PPEPL coloca que a obrigação do voto, considerado um direito político, acaba por culminar, para alguns, num ato de não-cidadania, quando vendido. Isso ocorre com aqueles que Demo (1995) denomina de não-cidadãos, na medida em

que são massa de manobra por estarem coibidos de tomarem consciência crítica da marginalização que lhes é imposta.

Enfim, se cidadania é um *grande sonho*, como diz uma das lideranças, há que se sonhar coletivamente, pois “sonho que se sonha só, é sonho que se sonha só; mas sonho que se sonha junto, é realidade.”

4.3 Concepções de Extensão Universitária

Com o objetivo de constatar qual o entendimento que as lideranças têm de extensão universitária, visando relacioná-la depois à cidadania, questionou-se: *O que o Sr.(a) entende o por extensão universitária?*

As lideranças institucionais responderam:

A produção do conhecimento e a capacitação devem estar a serviço da comunidade/população. A extensão é uma forma de fazer com que muitas pessoas que não podem chegar à universidade possam usufruir do trabalho feito por ela, seja capacitação, organização, formação. A extensão não deve ser dependente, deve dar condições para as pessoas fazerem a sua própria caminhada. Não deve ter sempre alguém da universidade, as pessoas devem andar com as suas próprias pernas. Não deve criar uma relação de dependência e ter uma atitude personalista/centralizadora do tipo eu sei e os outros não sabem (Liderança Institucional 1).

O atendimento além das portas da universidade, trabalhar em conjunto com a comunidade. Ir além do ensino. Ver no que a universidade pode auxiliar nas problemáticas da comunidade (Liderança Institucional 2).

É a universidade estar presente na comunidade e com isso proporcionar aos indivíduos e aos grupos a oportunidade de conhecimento, organização e independência (Liderança Institucional 3).

São ações que a universidade realiza em outros espaços, integrando-se com diversos segmentos da sociedade (Liderança Institucional 4).

As colocações das lideranças comunitárias foram:

Para mim significa que no momento em que você consegue fazer um trabalho, ela faz um trabalho que dá certo e que tem a tendência de ampliar (Liderança Comunitária 1 - ECOSS).

Não associo a nada (Liderança Comunitária 2 - ECOSS).

Acho que não sei responder (Liderança Comunitária 3 - ECOSS).

Acredito que a extensão universitária abrange vários setores, vários bairros da cidade. Ela não abrange só a universidade (Liderança Comunitária 4 - ECOSS).

São trabalhos com pessoas ligadas à UNOESC, que prestam auxílio às comunidades, onde colocam estagiários para ajudar na orientação dos grupos organizados da comunidade (Liderança Comunitária 5 - ECOSS).

É aumentar, crescer... Se por acaso for isso, acho que a universidade deve crescer com a comunidade e a comunidade crescer com a universidade (Liderança Comunitária 6 - ECOSS).

Extensão universitária para mim é toda a região que a universidade abrange trabalhando com as comunidades, através de projetos criados pela própria universidade (Liderança Comunitária 7 - ECOSS).

Nunca ouvi falar o que é extensão, mas agora a gente entende um pouco mais, são estes cursos. A própria palavra fala ... extensão: sair das portas da universidade, ir para as comunidades (Liderança Comunitária 1 - PPEPL).

Também é uma palavra nova para mim. Extensão quer dizer aumentar. A gente acha que se é para aumentar, ela vai ajudar principalmente os nossos filhos a terem maiores oportunidades de estudo (Liderança Comunitária 2 - PPEPL).

Quando começaram o curso, que falaram sobre gênero e direitos da mulher, sobre liderança, educação popular, falaram que era uma atividade da Universidade... o curso foi aqui na universidade mas eles não falaram de extensão (Liderança Comunitária 3 - PPEPL).

É uma coisa nova, seria essa de entrar no meio dos grupos e da sociedade? Para mim começou agora, é algo novo. É interessante porque as pessoas tem contato mais direto. A gente não tinha liberdade nem de chegar dentro da universidade. Através desse pessoal do curso a gente tem mais contato (Liderança Comunitária 4 - PPEPL).

Praticamente a metade das lideranças comunitárias entrevistadas não têm idéia, ou tem uma idéia vaga, do que é a extensão universitária. Isso fica mais presente entre as lideranças do PPEPL o que, acredita-se, não poderia deixar de ser diferente, pois o primeiro contato que estão tendo com a universidade é o curso que está sendo ministrado.

Ainda, entre as lideranças comunitárias, alguns depoimentos, tais como, *é toda a região que a universidade abrange; abrange vários setores e bairros da cidade; são pessoas e estagiárias da UNOESC que prestam auxílio às comunidades* – demonstram uma concepção bastante genérica de extensão.

Dentre os depoimentos das lideranças envolvidas com o ECOSS, verifica-se que não predomina uma conotação assistencialista de extensão, pois surgem muito poucas expressões como *ajuda* ou *prestação de auxílio*. Pelo contrário, aparecem outras expressões, como: *capacitação, organização, formação; trabalhar em conjunto com a comunidade; proporcionar aos grupos e indivíduos a oportunidade de crescimento, organização e independência*.

Considera-se este, um reflexo da proposta de educação popular desencadeada pelo ECOSS, refletida na colocação feita por uma das lideranças comunitárias: *a universidade deve crescer como a comunidade e a comunidade crescer com a universidade*.

Para Freire & Nogueira (1999) a educação popular é um modo de conhecimento, que trabalha com a capacitação técnica e científica das classes populares, num esforço de mobilização e organização. O saber acadêmico não se contrapõe com o saber popular, pelo contrário, eles são complementares, na medida em que possibilitam a reflexão e reconstrução da realidade.

Qualquer tipo de educação é uma prática política. A educação popular, na medida em que compreende um saber sistematizado no sentido de “saber-fazer”, constitui-se numa prática política que pretende a construção de novas relações sociais, que permitam a superação da exclusão social.

Para Herkenhoff (1996:54) “a educação popular para os Direitos Humanos pode jogar um papel decisivo no crescimento da cidadania, na formação da consciência da dignidade inerente a todo o ser humano (...).”

A educação popular é contrária à educação assistencialista ou paternalista. Acredita-se, então, que a educação popular, como prática de extensão universitária, permite que se rompa com a concepção assistencialista de extensão, pois *as pessoas não devem criar relações de dependência, mas construir a sua própria caminhada*, conforme o pensamento de uma das lideranças institucionais.

Para (Saviani apud Gurgel, 1986) “a extensão não pode ser vista como algo caritativo, mas como uma obrigação, e tem que ser desenvolvida em caráter permanente em atendimento às exigências das classes menos favorecidas.”

Uma das entrevistadas, na dúvida, reflete: *extensão: sair das portas da Universidade e ir para a comunidade*; outro aponta: *atendimento além das portas das Universidade*.

Freire (1992:22), ao estudar a extensão rural, identifica o porquê do uso da expressão além dos muros, ou das *portas*, como querem os entrevistados:

Transmissão; sujeito ativo (o que se estende); conteúdo (o que é escolhido por quem se estende); recipiente (do conteúdo); entrega (de algo que é levado por alguém que se encontra ‘atrás do muro’, àqueles que se encontram ‘além do muro’, ‘fora do muro’. Daí se falar em atividades extamuros (...).

Finalizando este tópico, acredita-se que, na linha de pensamento de que a função social da universidade é produzir conhecimento e torná-lo acessível, cabe muito bem a reflexão de (Saviani apud Botomé, 1996:143), quanto à contribuição da extensão neste processo:

A função da extensão deveria significar a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integram determinado curso objetivando formar-se numa determinada profissão. Ao contrário, cabe à Universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e convertendo-se, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade.

Tais colocações vem ao encontro do que pensa uma das lideranças: *a extensão é uma das formas de fazer com que as pessoas que não podem chegar à universidade, possam usufruir do trabalho por ela realizado.*

4.4 Relação entre Cidadania e Extensão

Considerou-se importante identificar, junto aos entrevistados, a percepção sobre extensão e cidadania, perguntando: *O Sr.(a) acha que deve existir alguma relação entre cidadania e extensão universitária?* Foram obtidos os seguintes depoimentos:

Do Gestor:

Sem dúvida. A extensão universitária deve ter como referencial orientador de sua ação o comprometimento com a cidadania dos envolvidos em suas atividades.

Dos Agentes Executores:

Se eu penso cidadania desse jeito e a universidade tem condições de fazer essa discussão, acho que tem tudo a ver. Só tem que relacionar cidadania com extensão. A universidade, a extensão, pode romper com a concepção ou lógica do favor, da cidadania clientelista (Executor 1 - Supervisor ECOSS).

Sim, por que a extensão universitária possibilita que a população receba informações sobre os seus direitos, podendo assim exercer a cidadania (Executor 2 – ECOSS).

Sim, um exemplo é o próprio ECOSS, o que ele busca é a cidadania. Não se pode trabalhar com pessoas, com comunidades só pela ciência. Tem que haver transformação, tem que mudar a realidade, além de questioná-la. A busca da cidadania é uma transformação (Executor 3 – ECOSS).

Sim, porque a extensão universitária pode ser considerada uma forma de levar informações para a sociedade acerca dos seus direitos, pois muitas vezes a sociedade não tem o conhecimento sobre os direitos de que pode usufruir (Executor 4 – ECOSS).

Com certeza sim. A universidade tem o compromisso de construir a cidadania. Quando forma profissionais ela não forma só o profissional técnico, mas o profissional cidadão... Quando ela estende os seus conhecimentos à sociedade tem que trabalhar na perspectiva da cidadania, principalmente se tem uma concepção de transformação, de mudança social (Executor 1- PPEPL).

O papel fundamental da extensão é auxiliar na construção da cidadania. Trazer elementos para a população para que discuta o alcance da cidadania. Quando está fazendo um trabalho que possibilita a organização popular permite o alcance da cidadania (Executor 2 - PPEPL).

Acho que sim, os programas de extensão precisam também estar voltados para a construção da cidadania.

São unânimes os depoimentos: a extensão universitária deve estar voltada para a promoção da cidadania.

O gestor aponta que a extensão deve ter como referencial orientador a questão da cidadania. A UNOESC-Chapécó, ao definir a sua política de extensão, adotou a política estabelecida pelo Plano Nacional de Extensão das Universidade (1999) que:

reafirma o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, e

compreende a extensão como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade (Plano de Desenvolvimento da Extensão da UNOESC-Chapecó, 2000:5).

O Plano de Desenvolvimento da Extensão da UNOESC-Chapecó e o Plano Nacional de Extensão Universitária são fundamentados nas discussões surgidas a partir do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, ocorrido em 1999. Um dos documentos divulgados pelo Fórum, que trata do tema “Extensão Universitária e Cidadania”, concebe a universidade como um lugar de reflexão das questões sociais que, inserida na sociedade, deve cumprir “os seus objetivos de produtora e difusora de ciência, arte, tecnologia e cultura, compreendidas como um campo estratégico vital para a construção da cidadania.” Cabe à extensão universitária a proposição de algumas diretrizes que orientem ações extensionistas voltadas à construção da cidadania. (Plano Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1999:s/p)

Para alguns executores, a extensão deve trabalhar visando à promoção da cidadania, pois ela pode *possibilitar que a população adquira informações sobre os seus direitos ou trazer elementos que discutam o alcance da cidadania.*

Um dos entrevistados pensa que a universidade tem o *compromisso de construir a cidadania*, principalmente se pretende trabalhar numa perspectiva de *transformação ou mudança social*. Esse pensamento é corroborado por outro entrevistado, que afirma que a extensão deve proporcionar uma *transformação* e que *a busca da cidadania é uma transformação.*

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1999) ao definir alguns conceitos gerais, considera que, ao assumir uma posição de transformação da sociedade brasileira, a universidade deve ser um espaço aberto às discussões que viabilizem o pleno exercício da cidadania para a superação da exclusão ou marginalização de grande parte da população brasileira.

No seu depoimento, um dos executores considera a extensão na perspectiva da cidadania pode romper com a *lógica clientelista ou lógica do favor.*

Pode-se relacionar a lógica clientelista citada pela entrevistada àquilo que Demo (1995) denomina cidadania tutelada, ou seja, é um tipo de cidadania cultivada pela elite econômica e política existente no país, que visa manter a população atrelada ao projeto político e econômico vigente, que acaba, na prática, reproduzindo indefinidamente a mesma elite histórica.

Certamente, se a extensão tiver como *referencial orientador da sua ação a cidadania*, como concebe o gestor, poderá superar a ótica da cidadania tutelada, que é tão presente na sociedade brasileira. Interessante que, na opinião de um dos executores, o ECOSS é um exemplo de extensão voltada à cidadania na perspectiva da transformação social.

As Lideranças deram os seguintes depoimentos sobre a relação extensão e cidadania:

Sempre. Se a concepção de extensão é essa de construir junto, não há como não ter relação com cidadania ... que as pessoa lutem. Caso contrário, seria uma extensão paternalista (Liderança Institucional 1).

Sim. A extensão deve trabalhar com a comunidade no sentido de passar para ela valores relacionados aos direitos. A universidade deveria trabalhar na perspectiva de mudar valores e ela pode desenvolver trabalhos desta natureza ... Valores morais relacionados a brigas, roubos, surras, religião, higiene ... estes novos arranjos familiares têm valores que dificultam o trabalho com a comunidade (Liderança Institucional 2).

Os programas de extensão universitária possibilitam o crescimento da cidadania; por estas e outras razões eu sou extremamente favorável à extensão (Liderança Institucional 3).

Sim, por que o conhecimento técnico-científico que a universidade produz deve ser colocado a serviço de todos, o que irá provocar mudanças no modo de agir e pensar dos cidadãos que irão beneficiar-se deste conhecimento para garantir e exercer os seus direitos de cidadão (Liderança Institucional 4).

O pessoal da universidade clareia a mente das pessoas. De alguma forma ajuda a esclarecer. Por exemplo: o que é uma liderança, que só com a união é que a gente vai conseguir as melhorias para o bairro... (Liderança Comunitária 1 - ECOSS).

Sim, deveria chegar nos pontos onde há mais necessidade, fazer um trabalho com as pessoas, trabalhando com elas sobre a forma como elas vivem, como podem melhorar. Muitas das pessoas estão conformadas, achando que não podem mudar de vida (Liderança Comunitária 2 - ECOSS).

É importante que a universidade trabalhe com a gente cidadania porque ajuda, esclarece os direitos que a gente tem (Liderança Comunitária 3 - ECOSS).

Acredito que sim. Na prática, as pessoas que não têm conhecimento ou entendimento, estão participando, estão aprendendo e estão sendo vistas pela sociedade. Me chamou a atenção que no início era meia dúzia de pessoas que participavam, hoje já falta cadeira para sentar. O bairro começa a ser mais visto. Começa também a despertar a atenção dos marginais e traficantes. Eles começam a sentir que algo diferente está acontecendo. Daqui a pouco a gente muda até eles... (Liderança Comunitária 4 - ECOSS).

Sim, porque uma coisa está ligada com a outra e a extensão universitária tem muito a contribuir para construirmos e fazermos acontecer juntos (Liderança Comunitária 5 - ECOSS).

Deve. Se extensão é crescer, desenvolver...a universidade deve desenvolver os cidadãos buscando o seu reconhecimento, os direitos, deveres e obrigações. A gente às vezes esquece das obrigações... A universidade deve ajudar no sentido de valorizar o cidadão, o seu espaço, a sua cultura (Liderança Comunitária 6 - ECOSS).

Sim, por que muitas pessoas não lutam pela sua cidadania e a extensão universitária vem ajudar as pessoas a esclarecer e a incentivar as pessoas para a conquista da sua cidadania (Liderança Comunitária 7 - ECOSS).

Com certeza. Se o pessoal que está cursando a universidade não se preocupa com o cidadão brasileiro, o que vão fazer os coitados que não tem estudo? Vão passar fome mesmo! (Liderança Comunitária 1 - PPEPL).

Como eu não sei muito bem o que é cidadania, acho difícil de responder (Liderança Comunitária 2 - PPEPL).

Eu só sei que a universidade deveria dar mais acesso aos estudos para quem não tem condições (Liderança Comunitária 3 - PPEPL).

Acho que sim ... nada melhor de quem está exercendo um estudo, ainda mais o assistente social, que tem condições de explicar melhor os assuntos. Aqui no bairro vieram as estagiárias do ESJ e esclareceram sobre leis, foi muito bom. Tem muita gente que não sabe nem como recorrer à lei. Esse ESJ é uma coisa muito boa, foi bom divulgar aqui no bairro (Liderança Comunitária 4 - PPEPL).

Da mesma forma que o gestor e executores, as lideranças são unânimes quanto à opinião de que a extensão deve promover a cidadania.

Percebe-se, entretanto, que as lideranças institucionais têm mais facilidade em se expressar quando falam sobre o assunto. Talvez isso ocorra pelo fato delas terem maior clareza do que é cidadania, se comparadas com as lideranças comunitárias.

Estas lideranças, como ocorreu quando falavam sobre a relação universidade e sociedade, ao se referirem à relação extensão e cidadania, foram mais pragmáticos, ou seja, citaram os programas de extensão da UNOESC, com os quais têm ou tiveram algum tipo de relação (como, por exemplo, o ESJ): *é importante que a universidade trabalhe com a gente cidadania; a extensão universitária tem muito a contribuir para construirmos e fazermos acontecer juntos; a gente, às vezes, esquece as obrigações; vieram as estagiárias do ESJ e esclareceram sobre as leis.*

Quando uma das lideranças comunitárias do ECOSS coloca: *o pessoal da universidade clareia a mente das pessoas*, acredita-se que o entrevistado está se referindo a conhecimentos que estão sendo transmitidos pela universidade para os moradores, e que estão possibilitando que ampliem a sua visão, no caso citado, sobre a necessidade da organização popular (*só com a união a gente vai conseguir as melhorias para o bairro*). É um exemplo concreto de que a universidade está tornando acessível parte do conhecimento por ela produzido.

Relaciona-se com o pensamento de Reis (1993) ao afirmar que a extensão deve possibilitar a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, democratizando o conhecimento acadêmico através da participação da comunidade na atuação da universidade.

Sobre a questão da participação nos trabalhos desenvolvidos pelo ECOSS, um dos entrevistados lembra que os trabalhos desencadeados estão contando com um maior número de pessoas em algumas atividades: *na prática, a pessoas que não têm conhecimento*

ou entendimento, estão participando (...) no início eram meia dúzia de pessoas, hoje já falta cadeira para sentar. Acredita ainda, que o trabalho começa a mudar o bairro, pois já está chamando a atenção até dos marginais e traficantes.

Essas colocações demonstram que o entrevistado acredita na possibilidade de ocorrerem mudanças no bairro, através do trabalho de extensão que está sendo realizado.

Por sua vez, uma das lideranças institucionais, acredita que o conhecimento técnico-científico produzido pela universidade pode provocar *mudanças* quanto ao exercício da cidadania.

Ao abordar a extensão universitária voltada para uma mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, Gurgel (1986:170) alerta que a extensão:

Tem obrigatoriamente de ter uma função de comunicação da universidade com o seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa.

Para Freire (1992:77) a extensão enquanto comunicação é diálogo e não transferência de saber. Ela possibilita uma educação libertadora, que proporcione a tomada de consciência dos sujeitos sobre realidade. “A tomada de consciência, como uma operação própria do homem, resulta, (...), de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta, que se lhe torna presente como uma objetivação (...), sendo fundamental para o processo de mudança social.

Uma das lideranças comunitárias do ECOSS cita que a universidade, através deste trabalho de extensão, deveria trabalhar com as pessoas que estão *conformadas* com a sua situação de exclusão, achando que não podem mudar de vida. Quem sabe, levar à tomada de consciência frente à realidade concreta que vivenciam, como coloca Freire.

O seguinte depoimento de uma das lideranças institucionais: *a universidade deveria trabalhar na perspectiva de mudar valores morais, relacionados a brigas, roubos, surras, religião, higiene...* destoa da conotação de extensão até então trabalhada, pois, acredita-se, que a universidade não deve adotar uma postura de proprietária de um saber que, prepotente, impõe uma mudança de valores nas pessoas ou na comunidade. Na medida em

que a ação comunitária permite uma vivência em comum, ela propicia uma troca de valores entre a universidade e o seu meio (Souza apud Gurgel, 1986). A troca de valores permite que tanto a comunidade como a universidade reconstruam os seus valores, baseados numa vivência e perspectiva que lhes sejam comuns.

Uma das lideranças institucionais alerta sobre a necessidade de, na perspectiva da cidadania, a extensão *construir junto*, para que não se torne uma extensão paternalista. Tal preocupação também surgiu na fala de executores, conforme apontado anteriormente.

Enfim, a reflexão sobre cidadania e extensão, ou cidadania e universidade, é enriquecida pelo questionamento de uma das lideranças do PPEPL, que reflete sobre o nível de consciência que muitos gestores, professores e acadêmicos deveriam ter, mas, infelizmente, não o têm: *se o pessoal que está cursando a universidade não se preocupa com o cidadão brasileiro, o que vão fazer os coitados que não têm estudo? Vão passar fome mesmo!*

4.5 Percepções sobre o Significado do ECOSS e o do PPEPL

Tendo em vista que as lideranças entrevistadas tiveram algum tipo de envolvimento com os programas de extensão ECOSS e o PPEPL, considerou-se importante investigar, num primeiro momento, o que representam as siglas destes programas para eles. Dessa forma perguntou-se: *O Sr.(a) sabe o que é o ECOSS ou O Sr.(a) sabe o que é o PPEPL?*

As Lideranças do ECOSS responderam:

A sigla não sei. É capacitação de lideranças, tendo em vista ajudar as diversas organizações da comunidade (Liderança Institucional 1).

Grupo de estagiários que trabalham com a comunidade do bairro, para melhor a qualidade de vida (Liderança Institucional 2).

Eu tenho a oportunidade de conhecer tanto o ECOSS como o PPEPL e só tenho a agradecer o trabalho que estes dois programas estão fazendo pela comunidade na qual eu trabalho (Liderança Institucional 3).

É um programa de extensão da universidade que se integra nos programas sociais das comunidades e participa da formação de lideranças nas mesmas (Liderança Institucional 4).

Com todas as palavras eu não sei. Só sei que são universitários, que estão dando cursos, ajudando a formar o grupo de mães, formar lideranças, que são alunos que estão se formando para serem assistentes sociais (Liderança Comunitária 1).

Não estou lembrado se me explicaram o que é o ECOSS... (Liderança Comunitária 2).

O acompanhamento do pessoal da universidade (Liderança Comunitária 3).

A palavra traz a idéia de algum programa que passa a divulgar, passa a contribuir... (Liderança Comunitária 4).

Que é alguma coisa que presta serviços na comunidade, que é da UNOESC (Liderança Comunitária 5).

Eu sabia o significado das letras, mas agora não lembro. Relaciono a estagiários, professores com conhecimento junto à comunidade ... junto com os cidadãos. É um trabalho das assistentes sociais (Liderança Comunitária 6).

Sinceramente, o significado desta sigla eu não sei (Liderança Comunitária 7).

As Lideranças Comunitárias do *PPEPL* responderam:

Falaram o que é o PPEPL. Eu não marquei no caderno, não gravei o significado de todas estas letras, mas a minha colega marcou. Quem deu o curso foi a estagiária da

UNOESC, o pessoal da Comunidade do Futuro¹⁸ e da Secretaria da Prefeitura¹⁹. Mas sei que é um trabalho da universidade (Liderança Comunitária 1).

Eu anotei no caderno mas não lembro o significado. Sei que é um trabalho da universidade (Liderança Comunitária 2).

As nossas professoras²⁰ fizeram o curso e repassaram o convite para nós. Eu esqueci o significado ... mas acho que é uma atividade da universidade. A gente veio indicada pelo pessoal da prefeitura (Liderança Comunitária 3).

Falaram que era um programa da universidade, mas não lembro o significado da sigla (Liderança comunitária 4).

Não foi questionado o significado das siglas ECOSS e PPEPL. Porém, mesmo assim, algumas lideranças afirmaram que não sabem o seu significado.

Acredita-se que isso é menos significativo no caso do PPEPL, já que as lideranças entrevistadas tiveram contato com o programa pela primeira vez. O que é interessante, é que a maioria dos entrevistados deste programa identifica como sendo um *trabalho*, uma *atividade*, ou mesmo, um *programa* da universidade.

Nos depoimentos dos entrevistados do ECOSS isso não ocorre, ou seja, é a minoria que cita a universidade. Também poucos colocam que é um trabalho que envolve *assistentes sociais*.

Predomina, dentre os entrevistados do ECOSS, depoimentos relacionados a natureza deste tipo de programa: trabalho com a *comunidade*. Alguns deles citam ações ou atividades que são desenvolvidas por este programa: *capacitação de lideranças*, *formação de grupos de mães*.

¹⁸ A Comunidade do Futuro é um programa de Prefeitura Municipal de Chapecó que também conta com a parceria da UNOESC.

¹⁹ A entrevistada refere-se à Secretaria do Desenvolvimento Comunitário e habitação que realiza um trabalho permanente com grupos de mulheres do município.

²⁰ A entrevistada está se referindo às instrutoras dos grupos de mulheres, que são professoras dos mais variados cursos (pintura, bordado etc)

Os dados demonstram que seria interessante os agentes executores do ECOSS clarearem para as lideranças e para a comunidade quais os objetivos do programa, como também, a missão da Política de Ação Comunitária, para que todos os envolvidos possam ter o entendimento demonstrado por um dos entrevistados: *é um grupo de estagiários (ou de pessoas da universidade) que trabalham para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.*

4.6 Compreensão sobre as Ações Desencadeadas pelo ECOSS e pelo PPEPL

Como o problema central da pesquisa buscou investigar se as ações do ECOSS e do PPEPL desencadeiam ações voltadas à promoção da cidadania, considerou-se importante identificar, preliminarmente, se os entrevistados têm clareza sobre tais ações. Perguntou-se então: *O Sr.(a) sabe quais as ações que são desencadeadas pelo Programa de Extensão da UNOESC-Chapécó ECOSS ou PPEPL?*

O Gestor fez as seguintes colocações:

Por pertencer ao quadro docente do Serviço Social sinto-me na responsabilidade de minimamente conhecer as atividades desenvolvidas por estes Programas de Extensão. ECOSS: Fundamentalmente trabalha-se na perspectiva de organização popular. Merecem destaque as ações articuladas a outras áreas e outros profissionais que deram origem à Política de Ação Comunitária da Região do CAIC. Esta experiência tem sido extremamente rica para o Serviço Social, possibilitando coletivamente com a população construir alternativas de enfrentamento das carências vividas. A definição de áreas de atuação como: a segurança, o meio ambiente, o trabalho e a organização comunitária, possibilitam aos alunos estagiários o contato com as mais diferentes expressões da questão social, e à população, a possibilidade concreta de refletir e encaminhar ações relacionadas à conquista de direitos sociais. PPEPL: A novidade deste programa reside nas parcerias que ele potencializa no interior da universidade. Voltado à qualificar a população para o exercício de seus direitos sociais no acesso e construção das políticas municipais, atua basicamente através de capacitações desenvolvidas através de cursos, seminários, oficinas, fóruns etc. A assessoria e consultoria, bem como, a pesquisa são outras atividades que o PPEPL se propõe desenvolver.

Os executores do ECOSS responderam:

Ações voltadas para a organização, priorizando a população de baixa renda. Hoje se optou por trabalhar com essas pessoas que não têm acesso quase nada, que não têm condições ... condições de dignidade. Poderia trabalhar com outras populações também. A cidadania é o direito a ter direitos, poderia ser trabalhado com outras pessoas, com quem está fora do processo de decisões, principalmente políticas. Com relação aos alunos, o ECOSS permite a formação profissional, dá uma condição de criticidade muito boa. O fato dele estar ligado à universidade permite a clareza do que o curso quer, no sentido de dar uma direção... Nós, como supervisores, é mais tranqüilo de trabalhar, pois o ECOSS permite uma formação com maior clareza, com princípios do curso mais presentes ... O ECOSS enquanto programa da Universidade permite isso. Não que seja fácil, é até difícil. O fato de eu ser supervisora dá a dimensão da formação enquanto intervenção profissional (Executor 1- Supervisor).

Ações como a identificação de lideranças para que participem de cursos de capacitação, para despertar a população para a questão do meio ambiente, promovendo mutirões de limpeza (Executor 2).

A organização comunitária que busca o fortalecimento das organizações ... a sua autonomia, através da instrumentalização das comunidades. A organização e o seu empowerment para a conquista da equidade social e cidadania (Executor 3).

Curso de Capacitação de Lideranças, participação nos grupos de trabalho da Política de Ação Comunitária, auxílio aos grupos da comunidade (Executor 4).

As ações identificadas pelos gestores e executores do ECOSS estão todas relacionadas com a Política de Ação Comunitária da Região do CAIC, ou seja, voltadas à capacitação de lideranças, à melhoria das condições ambientais e de segurança, e à organização popular ou comunitária. Inclusive, nas suas falas, dois dos entrevistados citam a política. Considera-se interessante esta constatação, pois é a Política de Ação Comunitária que deve definir as ações desencadeadas pelo programa.

É apontada, também, por dois entrevistados, a questão da cidadania. Um deles aponta que o a organização popular e, conseqüentemente, o *empowerment* – expressão utilizada por Vicente de Paula Faleiros – das comunidades permite a conquista da *cidadania* e da *equidade social*.

O *empowerment* significa o fortalecimento do poder por parte dos excluídos, implicando num trabalho de capitalização ou patrimonialização dos sujeitos, nas dinâmicas da trajetória (individual e coletiva), em que se encontram as pessoas fragilizadas (Faleiros, 1996). A intervenção em comunidades requer, portanto, que se trabalhe nesta perspectiva: os sujeitos sociais sentem-se potencializados para a conquista de direitos.

Ao falar sobre equidade, Sposati (1997) a entende como:

O reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, a equidade é entendida como possibilidade de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.

Percebe-se, dessa forma, que tanto o *empowerment* quanto a equidade estão fundamentados na noção de cidadania.

Sobre as ações do programa, os executores do PPEPL responderam:

Trabalhamos com três linhas de ação: capacitação técnica e política; ações voltadas para a assessoria e consultoria; pesquisa e estudos. Tudo isso é voltado a potencialização dos sujeitos nos aspectos organizativos para a ampliação da participação popular nos espaços públicos (Executor 1).

O PPEPL trabalha com três linhas: capacitação, pesquisa e assessoria voltadas ao processo de organização popular (Executor 2).

Atividades formativas com o Orçamento Participativo, com grupos de mulheres e com grupos de lideranças. Também faz trabalho de pesquisa (Executor 3).

Verifica-se que há clareza em relação às linhas de ação do programa, voltadas para o processo de organização popular. Inclusive, um dos entrevistados cita os sujeitos dessas ações: *orçamento participativo, grupos de mulheres e lideranças*. O fato dos

executores terem dado depoimentos bastante semelhantes, demonstra que os objetivos estão bem definidos, o que é importante para a consolidação do programa.

Para as lideranças do ECOSS as ações desencadeadas por este programa são:

Trabalha com capacitação de lideranças, tendo em vista ajudar as diversas organizações da comunidade (Líder Institucional 1).

O ECOSS trabalha junto com a escola, instituições e comunidade (Líder Institucional 2).

Ações voltadas à formação e ao conhecimento, com cursos para a comunidade, acompanhamento dos trabalhos das estagiárias ... enfim, este programa está proporcionando o crescimento e desenvolvimento desta região (Liderança Institucional 3).

Conheço algumas das ações realizadas na região do CAIC: violência, meio-ambiente, lideranças... (Liderança Institucional 4).

A estagiária trabalha com cada cooperado sobre como cada um deve agir, como se deve trabalhar, com união. Sei mais das atividades que são feitas aqui na cooperativa (Liderança Comunitário 1 - ECOSS).

Não sei dizer bem todas as ações, mas trabalha com a comunidade, com organização... (Liderança Comunitária 2 - ECOSS).

Assistentes sociais que vão nas casas fazer pesquisa, cursos de capacitação... (Liderança Comunitária 3 - ECOSS).

Cursos de capacitação, trabalho sobre o meio ambiente, violência, entre outros (Liderança Comunitária 4 - ECOSS).

Cursos para a comunidade, orientação e capacitação das lideranças (Liderança Comunitária 5 - ECOSS).

Estão ensinando a gente a governar, representar um bairro, ensinam a trabalhar e não ganhar pronto, a plantar, a colher, a receber, a ter o nosso lucro, não só em dinheiro mas em respeito (Liderança Comunitária 6 - ECOSS).

Não sei falar sobre todas as ações, porque estou me envolvendo agora com os trabalhos. Mas, pelo que eu sei, são voltadas à organização da comunidade (Liderança Comunitária 7 - ECOSS).

Da mesma forma que o gestor e os executores, as ações citadas pelas lideranças vêm ao encontro da Política de Ação Comunitária. Percebe-se que estão ocorrendo esforços por parte dos executores para realmente operacionalizar ações voltadas à política definida, tornando-se visíveis para as lideranças entrevistadas. Acredita-se que o fato das lideranças participarem não só da concepção, como também, da operacionalização da política também é um dos aspectos fundamentais que possibilitam essa visibilidade.

Dentre as colocações feitas pelas lideranças, predominam as relacionadas a *cursos e capacitação*, ou seja, ações voltadas ao *conhecimento e formação*.

Mais uma vez, constata-se, na prática, que o ECOSS pode ser realmente um exemplo de concretização da missão da universidade, conforme concebido por Botomé (1996), que é criar conhecimento e torná-lo acessível.

O ECOSS vem, também, ao encontro do Plano de Extensão da UNOESC-Chapecó (2000:5), que salienta que “a extensão deve ser uma forma de reunir e administrar os esforços, recursos e atividades para tornar o conhecimento acessível à sociedade.” Não há que se esquecer, que a missão da universidade deve ser alcançada também através das atividades de ensino e de pesquisa.

Uma das lideranças que comenta que o ECOSS desenvolve ações voltadas ao conhecimento, complementa dizendo que o programa está proporcionando o *crescimento e o desenvolvimento da região* (no caso, a região do CAIC). Essa constatação também vem ao encontro do que prevê uma das Diretrizes Gerais do Plano de Extensão da Universidade, que visa possibilitar o acesso ao conhecimentos para um conjunto mais amplo possível de

segmentos sociais, proporcionando melhores níveis de inserção destes segmentos ao processo de desenvolvimento social.

Acredita-se que o depoimento de uma das lideranças comunitárias: *estão ensinando a gente a governar, a representar o bairro; a trabalhar e não ganhar pronto, a plantar, a colher,...* é reflexo da proposta de Educação Popular, que trabalha na perspectiva de que os sujeitos constroem a sua própria história, através da luta pelos seus direitos, ou seja, na direção da construção da cidadania ativa.

Sobre as ações do PPEPL, as lideranças colocaram:

Tivemos dois encontros de capacitação. Como é para grupo de mulheres, no primeiro trabalhamos muito sobre gênero, direitos da mulher, discriminação. No segundo encontro foi discutido sobre comunidade, sobre como repassar o que aprendemos. Ficamos de marcar reuniões com as comunidades para discutir e repassar. O pessoal da universidade ajuda a gente a repassar, não deixa a gente sozinho. Discutimos também o que é Educação Popular (Liderança Comunitária 1-PPEPL).

Participei do primeiro encontro sobre gênero. Era para discutir em casa, no grupo, sobre os direitos do homem e da mulher. Nós ficamos de repassar para as companheiras do grupo e o pessoal da universidade vai ajudar. A gente acha que ainda não tem condições de repassar sozinha (Liderança Comunitária 2-PPEPL).

Cursos de capacitação, como já falei, sobre gênero, liderança, educação popular Foi interessante porque a gente aprendeu coisas que não sabia. Às vezes o marido não quer dar o braço a torcer, que nem sempre ele está certo. Mas depois, com a ajuda das minhas filhas, ele acaba entendendo ... mas não admite, fica quieto no canto dele (Liderança Comunitária 3-PPEPL).

Dá para ter uma idéia do tipo de trabalho que fazem. O pessoal que veio trabalhar com nós tem mais facilidade de comunicar e explicar o assunto. A gente entende o linguajar deles. A gente entende as coisas de uma forma mais fácil. As estagiárias do ESJ também (Liderança Comunitária 4 - PPEPL).

Considerando que as lideranças do PPEPL, na época das entrevistas, estavam participando de uma atividade mais específica, ou seja, o curso de capacitação, acabaram por tecer maiores comentários sobre essa atividade. Como um dos temas debatidos foi a questão

de gênero – o grupo é composto por mulheres – acabaram por comentar sobre o que aprenderam.

Duas lideranças apontam o caráter multiplicador do programa: *nós ficamos de repassar para as companheiras do grupo*, ressaltando que há o apoio necessário por parte do *peçoal da Universidade*.

Conforme Silva (1998), o trabalho de educação popular tem como base uma metodologia multiplicadora, pois cada participante assume o compromisso de mobilizar um grupo de pessoas, a fim de socializar os conhecimentos adquiridos e as experiências vivenciadas, possibilitando que se crie uma rede organizada que canalize esforços na conquista de vitórias econômicas, sociais e políticas. É importante que, nesta socialização, os agentes multiplicadores sintam-se apoiados pelos executores do programa.

Uma das entrevistadas afirma: *a gente entende o linguajar deles*, ao se referir aos agentes executores do curso ministrado pelo PPEPL.

Sem entendimento não há comunicação. Portanto, para que a comunicação permita a compreensão não só do tema abordado, mas também, do contexto que está sendo analisado, ela deve ser clara o suficiente para possibilitar o encontro entre os sujeitos interlocutores, conforme quer Freire (1992).

Enfim, ao ser abordada a visibilidade das ações de um programa, principalmente quando ele tem um caráter de participação popular, Silva (1998) aponta que as ações planejadas devem ser concretas, além de ter a participação ativa de todos os envolvidos – tendo sempre em vista a compreensão, o momento e o ritmo de cada um. Fazer ações e refletir sobre elas constitui-se num processo de capacitação e formação, que auxiliará na consolidação e fortalecimento dos programas estudados.

4.7 As Ações do ECOSS e do PPEPL e a Promoção da Cidadania

Considerando o problema central da pesquisa, os entrevistados foram questionados se *os programas de extensão ECOSS e PPEPL desencadeiam ações voltadas à promoção da cidadania das comunidades em que atuam*. As respostas obtidas foram:

Do Gestor:

Avaliar 'de longe', sem participação direta nos Programas o potencial promotor de cidadania que eles possuem não é tarefa fácil. Porém, acredito que, coerente com os objetivos que os mesmos se propõem, a promoção da cidadania acontece a partir das ações cotidianas desenvolvidas pelas equipes (professores/alunos/parceiros) executoras. A organização da população, a reivindicação de direitos sociais, a capacitação política, são expressões concretas do potencial crítico e cidadão que os programas possuem.

Dos Agentes Executores do ECOSS:

Totalmente identificado com a questão da cidadania. Toda a ação do ECOSS é pensada nesta perspectiva. Ele trabalha a relação estado/sociedade civil, o fortalecimento da sociedade civil ... que pode levar a população junto ao poder público, na construção de políticas públicas e ações comprometidas e conforme os interesses populares (Executor 1- Supervisor).

Sim, porque faz com que a população reflita sobre a situação que está vivendo, que tenham auto-estima e procurem resolver os problemas mais simples como ônibus, lixo, pavimentação, entre outros (Executor 2).

Sim. Não há sentido em trabalhar com uma comunidade carente, sem ter resultados que melhorem as suas condições de vida. E esses resultados precisam acontecer através deles mesmos, sendo sujeitos da sua própria transformação. Por isso o trabalho é de organização e de fortalecimento das organizações (Executor 3).

Sim, porque nos cursos de capacitação é discutido isso com os moradores, a fim de incentivá-los a lutar pelos seus direitos (Executor 4).

Para os Agentes Executores do PPEPL:

Com certeza. Se ele potencializa a participação popular para a construção de políticas públicas, ocupação de espaços públicos, trabalha a cidadania. A metodologia do PPEPL prevê um momento, após o diagnóstico e realização da capacitação, de entrega do processo para que os sujeitos que participam do processo se tornem autônomos (Executor 1).

Acho que sim. Tem dado exemplos que têm contribuído para isso. A gente vê nos cursos de capacitação... Tem pessoal que no início pouco fala, mas depois saem dos cursos falando, participando e colocam isso na prática, pois a metodologia contempla a formação básica multiplicadora (Executor 2).

Acredito que sim, porque muitas destas atividades levam à população informações que a mesma desconhece e, a partir delas, o seu cotidiano é transformado. Muitas vezes determinada comunidade tem organização mas lhe falta informação, seja sobre a prefeitura, sobre os seus programas, sobre o funcionamento do Orçamento Participativo etc (Executor 3).

Para todos os executores, tanto do ECOSS como do PPEPL, as ações desencadeadas pelos programas estão promovendo a cidadania das comunidades em que atuam. Para o gestor, mesmo sendo difícil *avaliar 'de longe'*, os programas têm um potencial crítico e cidadão, sendo coerentes com os seus objetivos, já que estão proporcionando a organização popular, a reivindicação de direitos sociais e a capacitação política.

Percebe-se que os executores do ECOSS demonstram convicção nas suas colocações, quando utilizam as expressões “*sim*” ou “*totalmente*”. Uma delas cita, inclusive, que as atividades de capacitação realizadas com os moradores do bairro têm discutido a questão da cidadania, incentivando-os a lutarem pelos seus direitos. Outra executora associa os resultados do trabalho em comunidades carentes ao alcance da cidadania, sendo os próprios moradores os sujeitos da sua transformação. Também é apontada a resolução de problemas concretos, tais como o do lixo, da falta de ônibus e de pavimentação, como ações voltadas à promoção da cidadania.

Dentre os executores do PPEPL, dois deles não são tão diretos na suas colocações, pois utilizam as expressões “*acho que sim*” ou “*acredito que sim*”. Apesar de não ser tão enfático na sua resposta, um dos executores acaba comentando que os participantes das atividades do programa colocam em prática o que aprendem, por conta da metodologia multiplicadora. Se o que aprendem se volta à questão da cidadania, pode-se inferir que o programa está promovendo-a. Outro entrevistado ressalta a importância do conhecimento (ou *informação*) que é proporcionado pelo programa aos grupos ou comunidades, contribuindo para a promoção da cidadania.

Para as Lideranças Institucionais:

Sim. A minha preocupação é com o comprometimento das lideranças comunitárias, no sentido de construir uma sociedade diferente, pela forma como sempre foi tudo fragmentado (escola/educação, Igreja/religião,) ... organizações comunitárias que realmente proporcionem melhorias, benefícios. As lideranças parecem não ver que uma sociedade estruturada precisa disso tudo. Há muita separação, fragmentação. A visão de cidadania é sempre fragmentada (Liderança Institucional 1).

Sim, este trabalho junto com a escola, instituições e comunidade, no sentido de resgatar a cidadania. Não tem como fazer o trabalho de forma isolada (Liderança Institucional 2).

Em duas áreas básicas que são as lideranças institucionais e as lideranças comunitárias. O trabalho capacita estes líderes que fazem um trabalho em conjunto, através de ações práticas (Lideranças Institucional 3).

Sim, porque atua junto à comunidade potencializando as organizações existentes, buscando alternativas de garantia de direitos dos cidadãos, organizando as comunidades, oportunizando cursos de formação e capacitando lideranças (Liderança Institucional 4).

Sim e muito. Deixa bem claro qual a função do líder, do conselheiro, do tesoureiro. Ajuda na organização dos grupos, principalmente o de mulheres, que provavelmente irá para a frente. Quando participamos dos grupos estamos exercendo a cidadania (Líder Institucional 2).

Para os Líderes Comunitários do ECOSS:

Acho que o que a estagiária faz permite resgatar e promover a cidadania. Muitas coisas que eu não sabia em reuniões ela despertou como a gente deve fazer, isso é muito bom (Líder Comunitário 2).

Ajudam. Porque muitas coisas que a gente não sabe, por exemplo, o que é ser um cidadão, os direitos que a gente tem, a universidade ajuda a esclarecer isso (Líder Comunitário 3).

Promovem, por que a pessoa vendo que é importante para ele e que dá resultados, vai passar a fazer as coisas também. Por exemplo, o meio ambiente é um todo ... as

peças começam a se cuidar melhor e do bairro também (Liderança Comunitária 4).

Acho que sim, porque a pessoa que não tem formação, que não tem curso, não contribui para a cidadania (Liderança Comunitária 5).

Estão trabalhando a cidadania, o que estão aprendendo na Universidade estão repassando para os cidadãos, outras pessoas estão tendo a oportunidade de aprender (Liderança Comunitária 6).

Sim, porque incentiva os grupos organizados que já existem e também a criação de grupos onde tais não existem. Desencadeiam estas ações porque os grupos trabalham juntos, unidos, todos em busca do mesmo objetivo (Liderança Comunitária 7).

Para os líderes comunitários do PPEPL:

Se as pessoas colocarem em prática o que aprenderam, promovem a cidadania. Por exemplo, sobre gênero, vimos que os direitos são iguais para todos. Não é porque eu sou pobre que sou diferente do rico. Tem fulano que acha que o pobre tem que ficar quietinho, porque o outro é quem manda. A gente pode fazer manifesto, sair desta rotina que só os que têm dinheiro têm o direito de mandar. Outra coisa que a gente viu na troca de idéias é que tem que saber cuidar bem das crianças, tem muita gente eu não tem jeito para isso. Os pais têm que dar atenção para as crianças... (Liderança Comunitária 1).

Estas aulas ajudam bastante no conhecimento. Desde o fato de conhecer os prédios da universidade dá um sentimento bom. A gente parece que se sente até mais valorizados, é convidado para participar, como agora por exemplo (Liderança Comunitária 2).

Acho que estes ensinamentos podem nos dar uma vida melhor, até na forma da gente educar os nossos filhos. A gente aprende até a conviver melhor com os filhos e com o marido (Liderança Comunitária 3).

Acho que sim, porque as pessoas têm mais clareza e a partir do momento em que começam a compreender, entender melhor quais os direitos que tem, com maior facilidade vão procurar as coisas mais certas. É mais difícil que sejam enganados (Liderança Comunitária 4).

Praticamente todos os líderes institucionais e comunitários do ECOSS acreditam que as ações desencadeadas pelo programa promovem a cidadania.

Dentre os depoimentos dos líderes institucionais, ressalta-se a importância do trabalho realizado em parceria, incluindo as *lideranças*, que encaminham *ações práticas* voltadas ao resgate da cidadania. Entretanto, um dos entrevistados alerta para a necessidade de trabalhar o comprometimento das lideranças comunitárias, visando superar, inclusive, a visão fragmentada que se tem de cidadania. É também ressaltada a importância de se trabalhar com os grupos organizados da comunidade, já que o próprio exercício da participação é uma ação de cidadania.

Dentre as lideranças comunitárias, também predominam as opiniões de que as ações desencadeadas pelo ECOSS promovem a cidadania, mesmo que tais depoimentos não sejam tão enfáticos como os depoimentos dos gestores, executores e líderes institucionais. Talvez isso ocorra porque o próprio conceito de cidadania não esteja tão elaborado para eles como está para os demais, ou mesmo, porque não conseguem visualizar de uma forma mais ampla todas as ações desencadeadas pelo programa, considerando que a atuação tem se caracterizado em nível grupal, como por exemplo, o grupo de trabalho sobre o meio ambiente, o grupo sobre a violência etc. Cabe, neste momento, o alerta da liderança institucional, de não fragmentar os trabalhos de tal forma que acabam por não estabelecer a inter-relação necessária, fragmentando, também, as reivindicações.

Três depoimentos das lideranças comunitárias do ECOSS deixam transparecer a importância do conhecimento e da informação para a conquista da cidadania: *quem não tem formação não contribui para a cidadania; o que estão aprendendo na universidade (os estagiários) estão repassando para os cidadãos, outras pessoas estão tendo a oportunidade de aprender; a universidade ajuda a esclarecer os direitos que a gente tem*. Este aspecto também está presente nos depoimentos das lideranças do PPEPL: *se as pessoas praticarem o que aprenderam, promovem a cidadania; as aulas ajudam no conhecimento; os ensinamentos podem nos dar uma vida melhor; a partir do momento em que as pessoas começam a compreender e entender melhor os direitos que têm, é mais difícil serem enganadas*.

A cidadania implica, necessariamente, na aquisição de novos conhecimentos. Para Covre (1999:66) “é preciso criar espaços para reivindicar direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar”. Acredita-

se que as falas dos entrevistados demonstram que ambos os programas estão trabalhando na perspectiva de tornar o conhecimento produzido pela universidade acessível àqueles que, formalmente, não têm acesso a ela. Na medida em que esse conhecimento reflete sobre as condições de vida destas pessoas e concebe conjuntamente alternativas para melhorá-la, não há dúvida de que promovem a cidadania.

4.8 Comentários e Sugestões dos Entrevistados

Ao final da entrevista, foram solicitadas sugestões a serem dadas aos programas pesquisados, bem como, sobre a relação universidade, extensão e cidadania.

Os comentários e sugestões foram os seguintes:

Um trabalho de avaliação sério, metodologicamente construído, envolvendo os mais diferentes atores dos dois Programas (ECOSS e PPEPL), parece-me urgente e necessário. Esta avaliação potencializará novas ações, possibilitará rever o que já foi feito e produzirá conhecimento acerca das práticas extensionistas da UNOESC/Chapecó. A universidade está investindo na extensão, porém deverá ampliar isso, pois ela tem ganhos com isso. Quebra a distância que normalmente mantém com a sociedade. Os programas ECOSS e PPEPL tem contribuído muito para essa superação... (Gestor).

Acho que a UNOESC já está pensando essa relação talvez deva ampliar essa discussão. Não pode ser estabelecida uma relação mercantilista, a extensão não pode ser isso. Se a UNOESC quiser ter uma relação com a sociedade no sentido de garantir a cidadania a relação não pode ser mercantilista. A questão é que não há recurso... A extensão hoje só não é voluntária porque ela é institucional e organizada. Talvez a universidade deva aprofundar o estudo sobre a sua função social na sociedade. Se a UNOESC quiser ser referência tem que aprofundar e ampliar os programas de extensão. O próprio ECOSS pode ser ampliado, ter uma maior participação da comunidade acadêmica ... de outros cursos. É um questão de articulação... (Executor 1 – Supervisor ECOSS).

A universidade deveria ter a preocupação de fazer com que mais cursos participassem do ECOSS, pois toda a informação é importante para a população e todos os cursos tem muito a contribuir (Executor 2 – ECOSS).

Acho um trabalho muito interessante e que deve ser ampliado, talvez em alguma coisa que se relacione com a educação (Executor 3 – ECOSS).

Sugiro que continue esse processo de aproximação da universidade com a sociedade, pois a prática na comunidade é rica em conhecimentos. As pessoas podem até não saber ler ou escrever, mas possuem uma gama de conhecimentos adquiridos com o passar dos dias (Executor 4 – ECOSS).

A gente, enquanto universidade, tem que discutir mais a extensão, principalmente na relação que estabelece com o ensino e com a pesquisa. Temos feito poucos debates sobre isso na universidade, apesar de estar iniciando um processo que está buscando isso. A própria criação de uma coordenação de extensão contribui para isso. No Serviço Social falta, no cotidiano da sala de aula, trabalhar a indissociabilidade das três atividades. Como a gente traz a extensão para o ensino? Através dos depoimentos dos alunos ... mas, além disso, de que outra forma a gente pode trabalhar a indissociabilidade? A comunidade deve discutir a universidade e inserir-se mais nela. A gente fala que a universidade deve relacionar-se com a comunidade, mas como a comunidade se relaciona ou ganha mais espaço dentro da própria universidade? (Executor – PPEPL)

Faço parte do PPEPL e conheço um pouco do ECOSS. Tanto um como o outro são programas de grande importância para a população onde atuam. A universidade deve continuar com estes programas e iniciar outros nesta linha, colocar os alunos de fato em contato com a comunidade (Executor 3 – PPEPL).

Eu tenho uma preocupação social muito séria, que é trabalhar a questão da juventude. São jovens que poderiam até ir para a universidade. A universidade poderia construir com eles mais a questão da cidadania. Estão partindo para o mercado de trabalho. Teria que trabalhar esta questão: não só trabalhar para sustentar a sua família. Mas, o que e como cidadãos eles devem contribuir mais com a sociedade, com questões como saúde etc ... Tanto a Igreja como o próprio poder público tem dificuldade de trabalhar com a juventude. Deve ser divulgado o que é a extensão universitária, para o que ela está aí. Divulgar em escolas, Igrejas, Conselhos Escolares, chamando famílias para reuniões. Ampliar o significado da extensão. Às vezes as pessoas não vêm para as reuniões porque nem sabem o que é a extensão. Isso auxiliaria no despertar para da comunidade, no sentido de que eu vou crescer, que a minha comunidade vai crescer. Isso é exercer a cidadania (Liderança Institucional 1).

O ECOSS pode continuar nesta perspectiva. O trabalho é muito importante. Talvez poderia ampliar o número de pessoas (Liderança Institucional 2).

Que o ECOSS continue aqui nesta região, por favor! (Liderança Institucional 3)

Sente-se hoje que a universidade está abrindo espaços para todos e aproximando-se daqueles que jamais sonharam em estar lá algum dia. Espero que esta integração se fortaleça e que os menos favorecidos possam beneficiar-se deste celeiro de produção cultural e técnico-científica (Liderança Institucional 4).

A universidade deveria desenvolver atividades que capacitassem também para o trabalho, principalmente os jovens. Poderia capacitar como marceneiro, pintor, amarrar vassouras. Tem muita gente desempregada. Aqui precisaria ter uma firmazinha ... estes 'piás' que estão aí crescendo não tem o que fazer: assistir TV, jogar bola ou incomodar. Não tem lugar nem para jogar uma bola. A maioria fica pela ruas. Tinha que vir para cá o SENAI, escolas que ensinassem... (Líder Comunitária 2 - ECOSS).

Hoje a universidade trabalha com assistência social. Poderia pensar outros tipos de trabalho que também poderia desenvolver. O trabalho que está sendo feito aqui sobre a organização de cada coisa ... sobra muita sujeira ... a gente deveria estar organizado, porque somos um conjunto habitacional. Isso é bom; para quem mora aqui, é difícil fazer esse tipo de trabalho. Para o morador é difícil trabalhar com o problema da droga ... com os adolescentes é complicado. A gente, se vai fazer alguma coisa, pode se complicar ... eles jogam pedras nas casas ... eles ameaçam... Esse tipo de coisa tem que ser resolvido de alguma maneira (Líder Comunitário 1 - ECOSS).

Ajudar a trocar o nome do bairro, como fez o pessoal do Boa Vista. Não é que eu não goste do Bairro São Pedro, mas ou é Maria Goretti ou é Bairro São Pedro. Por que não Maria Goretti 1 e Maria Goretti 2? (Líder Comunitário 3 - ECOSS)

Está bom o trabalho; se não está 100% está 80%, porque já mudou muita coisa. Se tem alguma coisa a mais para fazer, no dia-a-dia vai surgir (Liderança Comunitária 4 - ECOSS).

É difícil eu falar porque eu tenho contado há pouco tempo com o pessoal, mas vi que é bom, que é ótimo, que aprendi muito (Liderança Comunitária 5 - ECOSS).

No momento está sendo feito a coisa certa; provavelmente vão surgir coisa novas e novos trabalhos serão feitos (Liderança Comunitária 6 - ECOSS).

O que eu tenho a falar sobre estes programas é que continuem a envolver as pessoas da comunidade nos problemas pelos quais elas passam e incentivando que as pessoas busquem todas juntas as soluções (Liderança Comunitária 7 - ECOSS).

Seria bom discutir essas coisas de gênero com o casal lá nas comunidades (Liderança Comunitária 1 - PPEPL).

Eu acho que deve continuar e aumentar a participação da universidade, expandir este trabalho. Ampliar para todos os grupos; a universidade sair para fora dos portões. Você sabe, 'Santo de casa não faz milagre'²¹...' (Liderança Comunitária 4).

Dentre as sugestões dadas pelo gestor e agentes executores, pode-se ressaltar:

- ✓ a necessidade de fazer uma avaliação metodológica de ambos os programas, a fim de potencializar novas ações e produzir conhecimento sobre práticas de extensão da UNOESC-Chapecó;
- ✓ ampliar as discussões sobre a extensão e a sua inter-relação com o ensino e a pesquisa;
- ✓ ampliar a discussão sobre extensão e cidadania;
- ✓ aprofundar o estudo sobre a função social da universidade;
- ✓ ampliar o ECOSS através da participação de outros cursos;
- ✓ continuar o processo de aproximação universidade e sociedade proporcionado pelo ECOSS;
- ✓ pensar outras alternativas de aproximação da universidade com a sociedade;
- ✓ ampliar programas da natureza do ECOSS e do PPEPL.

As sugestões das Lideranças Institucionais foram:

- ✓ a universidade realizar trabalhos com os jovens, na perspectiva da cidadania;
- ✓ divulgar o significado da extensão, para as mais variadas organizações comunitárias;
- ✓ o ECOSS ampliar o número de moradores que participam das atividades;
- ✓ fortalecer a integração universidade com as classes menos favorecidas.

²¹ A entrevistada está se referindo ao repasse do curso que é feito nos grupos, querendo afirmar que se for repassado pelo pessoal da universidade as pessoas dão mais atenção.

Foram sugestões dos Líderes Comunitários:

- ✓ a universidade capacitar para o trabalho, através da formação de mão-de-obra;
- ✓ o ECOSS realizar trabalhos com adolescentes;
- ✓ o ECOSS auxiliar na alteração do nome do bairro São Pedro;
- ✓ ampliar a discussão sobre gênero possibilitada pelo PPEPL;
- ✓ a universidade sair fora dos próprios portões.

Constata-se que não há contradições nas sugestões dos entrevistados. O que parece ocorrer, é o fato das lideranças, principalmente as comunitárias (do ECOSS), serem mais pontuais, ou seja, estarem voltadas para problemas que enfrentam no seu cotidiano, como a falta de emprego, a marginalidade dos adolescentes, a mudança do nome do bairro (tendo em vista que quem mora no bairro sente-se discriminado, já que ele é conhecido historicamente como um dos locais em que moram “marginais”). Acredita-se que não é a mudança de nome que vai possibilitar a cidadania plena para os moradores, mas sim, o enfrentamento, com a participação ativa dos moradores, dos problemas de exclusão que o bairro enfrenta.

Tanto nos depoimentos dos executores como das lideranças, aparecem sugestões relacionadas à universidade continuar ou ampliar o processo de aproximação com a sociedade. Acredita-se, no entanto, que há a necessidade da universidade abrir um processo de discussão sobre a sua função social – como diz uma das entrevistadas – clareando o seu papel, bem como, das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Enfim, se as mais variadas situações de exclusão, traços marcantes da sociedade contemporânea, tem levado à marginalidade parcelas crescentes da população brasileira e a universidade se propõe a trabalhar na perspectiva da cidadania – como consta na missão da UNOESC – não há como deixar de desencadear ações voltadas à inclusão social, econômica e cultural dos segmentos marginalizados.

Acredita-se que as experiências estudadas neste trabalho, sejam um exemplo – considerando-se que muito ainda há que ser feito – de que o esforço e a crença na luta por uma sociedade melhor realmente valem à pena.

Se vivemos na Era da Informação – que tem no conhecimento o seu bem mais precioso – e se é peculiar à universidade a função de produzir conhecimento, talvez um grande e decisivo passo que possibilite a inclusão seja a socialização eficaz do conhecimento produzido. Para que isso ocorra há que se fazer o que tão claramente foi dito pelos entrevistados: a universidade deve romper com os muros que a cercam e a distanciam do mundo real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as características da sociedade contemporânea, a exclusão – seja ela social, econômica ou cultural – é a que tem deixado marcas profundas, ajudando a desenhar uma sociedade em que prevalece a desigualdade.

Cidadania não rima com exclusão. Muitas foram as lutas e movimentos travados no decorrer dos anos visando a ampliação e garantia de direitos. Os próprios direitos são permanentemente questionados, reconfigurando-se.

Porém, não basta apenas ter direitos garantidos por lei. A sociedade deve criar mecanismos que possibilitem que a população consiga usufruí-los. Não basta ter direitos, se eles são encarados como tutela ou favor, estabelecendo uma relação clientelista entre os que dão e os que recebem. Não basta estar consciente sobre a existência dos direitos, torna-se necessário conquistá-los. E, para conquistá-los, torna-se necessário organizar-se.

Reside aí, a proposta central dos programas de extensão universitária estudados: a organização da população para a conquista da cidadania.

A extensão, atividade da universidade, deve ter como pressuposto básico a questão da cidadania, seja ela compreendida como direitos de primeira, segunda, terceira ou quarta geração, seja ela vista, como o direito de ter direitos.

Mas, será que é só isso (ou tudo isso) que deve fazer a universidade para garantir a cidadania? Considere-se que, no caso estudado, ela faz parte da sua missão.

Há que se pensar, naquilo que alerta Botomé (1996): o ensino não pode ser alienante e a pesquisa não deve ser alienada, para que não se caia no equívoco de pensar que

cabe à extensão a redenção da universidade perante a sociedade. A cidadania deve ser perseguida por todas as suas atividades.

Mas, de que forma pode (ou deve) a universidade contribuir para a construção de uma sociedade melhor, se não lhe é clara a sua função, missão ou papel (aqui são tomados como sinônimos) na sociedade? E o que fazer quando a literatura especializada aponta que a universidade está permanentemente em crise, o que dificulta clarear a sua função social?

Independentemente da pluralidade de idéias, que constituem o cotidiano da universidade, há algo que lhe é peculiar: a produção do conhecimento. Porém, produzir não basta, há que socializá-lo, torná-lo acessível à todos.

Se o ensino, na realidade investigada, tem-se tornado acessível somente àqueles que podem remunerá-lo, como pensá-lo na perspectiva da cidadania? Talvez há que se refletir a serviço de quem tem-se formado boa parte dos cidadãos que passam pela universidade. Como lembra Beloni (1996) é a universidade que forma a elite intelectual que governa e decide os rumos deste país. O que estará então, produzindo a universidade? Reprodutores da desigualdade?

A pesquisa, talvez tenha que pensar para que e para quem investiga e de que forma socializa os conhecimentos produzidos. É inegável que a universidade tem dado contribuições extremamente valiosas para o progresso da humanidade, principalmente através da produção de conhecimentos nas áreas da ciência da tecnologia. A questão é: quem usufrui desse conhecimento? Por quem esse conhecimento é apropriado na sociedade? Ele garante a condição de cidadania para todos?

A extensão, objeto de estudo deste trabalho, deve ter claro o seu papel (que deriva do próprio papel da universidade). Se ela não deve ser assistencialista, prevalecendo a idéia do favor, ela pode ser cidadã; pode estabelecer uma relação de comunicação com sociedade. Ela não deve apenas estender o conhecimento, mas trabalhá-lo, reconstruí-lo, visando o enfrentamento dos problemas vivenciados. O conhecimento da universidade deve interagir com o conhecimento da sociedade (ou comunidade), não sobrepondo-se a ele.

Para Rodrigues (1997), o perfil de uma extensão cidadã, empreendida por uma universidade também cidadã, há de ter como traço definidor da sua identidade a participação

na vida (e problemas) da pólis. Este traço possui dupla característica: o direito (a prerrogativa) e o dever (a obrigação).

Ao estudar a extensão da UNOESC-Chapécó, por intermédio dos programas ECOSS e PPEPL, pretendeu-se alcançar alguns objetivos:

1. Investigou-se as concepções de cidadania sob a ótica do gestor, dos agentes executores e das lideranças. Ao comparar e contrastar tais concepções, percebe-se que, para o gestor, para os executores e para as lideranças institucionais, o conceito de cidadania – mesmo que não seja único – aparece mais claro e coerente com o que é abordado pela literatura. Já, para parte das lideranças comunitárias, a concepção de cidadania não aparece tão clara, pois não são todos os depoimentos que apontam a expressão “direitos”, própria da definição de cidadania. Há, os que não conseguem, sequer, definir o que é cidadania. Entretanto, são justamente estas lideranças as que mais falam em deveres;

2. As descobertas feitas através da pesquisa (considera-se aqui, as suas limitações), associadas aos estudos realizados, permitiram constatar que os programas de extensão investigados tem-se guiado na conquista da cidadania. Mesmo que, na percepção dos entrevistados, os programas desencadeiam ações voltadas à cidadania, acredita-se, segundo o olhar da pesquisadora, que muito ainda há de ser feito para que as suas ações, efetivamente, resultem em medidas concretas que revertam na conquista de direitos. O processo de capacitação desencadeado por ambos os programas, muito provavelmente, potencializará as lideranças no enfrentamento de questões que possibilitarão uma maior equidade, repercutindo na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Para isso, deve ser priorizada a questão da participação, já comentada no decorrer deste trabalho. A metodologia da multiplicação adotada pelo PPEPL é requisito básico para que o conhecimento se torne ação. No caso do ECOSS, as ações desdobradas a partir da Política de Ação Comunitária, voltadas ao meio ambiente, segurança e geração de renda são totalmente voltadas à cidadania. Tornar-se-ão realidade, na medida em que as pessoas, além da tomada de consciência, sintam-se fortalecidas (*empowerment*) para conquistá-las;

3. As recomendações sugeridas, a partir do olhar obtido através do estudo realizado, não são diferentes das elencadas pelos entrevistados:

3.1. À UNOESC cabe pensar formas de desencadear um processo de discussão (interna e externa), que permita-lhe clarear a sua função social;

3.2. Tendo em vista que no seu Plano de Desenvolvimento da Extensão, a UNOESC-Chapécó tem-se pautado na discussão da universidade e da extensão cidadã, considera-se importante fazer uma avaliação de todos os programas de extensão, visando clarear que tipo de cidadania está sendo proporcionada pelas atividades específicas de cada programa;

3.3. Estudar em que medida os programas de extensão estão subsidiando atividades de ensino e pesquisa voltadas, principalmente, à promoção da cidadania;

3.4. Divulgar mais os programas ECOSS e PPEPL para as próprias comunidades. Inclusive, reforçando sempre os seus objetivos, para que todas as pessoas envolvidas tenham clareza sobre os seus propósitos.

3.5. O programas desencadearem um processo de discussão sobre que tipo de cidadania pretendem, pois constatou-se que a concepção de cidadania não é a mesma para todos os seus executores;

3.6. Considerando os limites impostos pela necessidade do financiamento de atividades de extensão, pensar outras formas de aproximação da universidade com a sociedade, dando-lhe maior visibilidade.

Acreditando que a exclusão possa deixar de ser a sombra da cidadania, e tendo claro que não é responsabilidade somente da universidade eliminá-la, há que se empreender esforços na construção de uma sociedade onde o sol não seja redondo para alguns e “quadrado” para outros, mas que brilhe para todos, e que, a diferença configure-se apenas como reflexo da subjetividade, própria de cada ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah, **Origens do totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. 1. reimp. São Paulo: Schwarcz; Companhia das Letras. 1990. 562 p.

BELONI, Isaura. **A Universidade e o compromisso da avaliação institucional**. In.: I Simpósio Universitário de Avaliação Institucional, jun. 1996, Belém. **Anais...** Belém: UFPR, 1996. p. 5-14.

BOTOMÉ, Silvio P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977. 156 p.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 78 p. (Primeiros Passos, 250).

CUNHA, Luiz Alberto. **A Universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional**. Em Aberto, Brasília, ago. 1989.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1999. 80 p. (Polêmica).

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-118.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 54-80.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 176 p.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995. 171p.

DOWBOR, Ladislau. **A gestão social em busca de paradigmas**. In: RICO, Elizabeth de M.; RAICHELIS, Raquel (Org.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE/PUCSP, 1999. p. 31-42.

_____. **Da globalização ao poder local: a Nova hierarquia dos espaços**. São Paulo, jun. 1995. Disponível em: <http://www.ppbr.com/1d/5espaço.shtml>. Acesso em: 12 nov. 1998.

- FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 17, n. 50, p. 9-39, abr. 1996.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. **A universidade brasileira em busca da sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977. 102 p.: il.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p. (O mundo, Hoje, 24).
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: Teoria e prática em educação popular**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 68 p.
- GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Autores Associados; EUFC, 1986. 182 p.
- HERKENHOFF, João Baptista. **Ética, educação e cidadania**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. 152 p.
- KUNSCH, Margarida Maria K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992. 195 p.: il.
- LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 406 p.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 231 p.
- LESBAUPIN, Yves; FILHO, Rodrigo Souza; SOUZA, Fátima Valéria. Exclusão social, esfera pública e poder local: experiências recentes de gestão social em prefeituras brasileiras. In: II ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE, 2000, Porto Alegre. **Resumos...** n. 178, p. 250-255, out. 2000.
- LAMPERT, Ernâni. Universidade no Brasil: desafios e perspectivas para o século XXI. **Cad. Educ.** Pelotas: FaE/UFPel, n. 7, p. 91-97, ago/dez. 1996.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras; NEPI/PUCSP, 1999. 143 p.
- MARCOVITCH, Jaques. **A Universidade impossível**. São Paulo: Futura, 1998. 182 p.
- MEZOMO, João Catarin. Reinventando a universidade. **Universidade**. [S.I.: s.n.], v. 5, p. 254-255, set/out. 1994.
- MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 10. ed. RJ: Vozes, 1998. 80 p. (Temas Sociais).

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e sociedade civil em questão. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 19, n. 59, mar. 1999.

MORAIS, João Francisco Regis de. Universidade: seus desafios neste final de século. **Proposições**. [S.l.: s.n.], v. 3, n. 2, p. 51-65, jul. 1992.

PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. **História moderna e contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993. 407 p.

REIS, Renato Hilário dos. **Extensão universitária: conceituação, práxis**. Florianópolis, SC: UFSC, 1993.

RODRIGUES, Rui Martinho. A extensão cidadã. **Educação Brasileira**. Brasília, v. 19, n. 39, p. 61-70, jul/dez. 1997.

SPOSATI, Aldaísa. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 18, n. 55, p. 9-38, nov. 1997.

SCHAFFRATH, Evaldo. **Concepções e práticas de extensão universitária na perspectiva do modelo multicampi de universidade**. 1994. Tese (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Ranulfo Peloso da. **A retomada do trabalho de base**. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, jun. 1998. Mimeografado.

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-102.

TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987-1992. 175 p.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Regimento Geral da UNOESC**. Chapecó, SC: UNOESC, Jul. 2000.

_____. **Políticas, diretrizes e regulamento para a pesquisa, pós-graduação e extensão na Unoesc**. Chapecó, SC: UNOESC, Set. 1995. 149 p.

_____. **Plano de Desenvolvimento de Extensão**. Chapecó, SC: UNOESC, jan/jun. 2000, 35 p.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Pesquisa**. Chapecó, SC: UNOESC, 2000. 77 p.

_____. **Credenciamento público legitimidade social: Planejamento Estratégico 1999/2010**. Chapecó, SC: UNOESC, 1999. 49 p.

_____. Missão da UNOESC. Chapecó. Disponível em: <http://www.unoesc.rct-sc.br/reitoria/index.html>. Acesso em: 11 dez. 2000.

_____. Contexto Regional da UNOESC. Chapecó. Disponível em: <http://www.unoesc.rct-sc.br/reitoria/contexto.html>. Acesso em: 11 dez. 2000.

_____. Histórico da Universidade. Chapecó. Disponível em: <http://www.unoesc.rct-sc.br/reitoria/historico.htm>. Acesso em: 11 dez. 2000.

VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa. In: VIOLA, E.J.; SCHERER, I.; KRISCHKE, P. (Org.) **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis, SC: UFSC, 1989.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, 142 p.

_____; BREADARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 171 p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Desafios da sociedade civil brasileira em seu relacionamento dialético com o Estado e o mercado. In: RICO, Elizabeth de M.; RAICHELIS, Raquel (Org.) **Gestão social: uma questão em debate**, São Paulo: EDUC; IEE/PUCSP, 1999. p.105-130.

_____. Educação e Cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 21, n. 62, p. 156-167, mar. 2000.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a exclusão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 18, n. 55, p. 74-83, nov. 1997.

ANEXOS

ANEXO I - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA I

(Realizada com *gestores e executores* dos Programas de Extensão)

1. Esclarecimentos:

- ✓ Antes de iniciar a entrevista, a entrevistadora deverá explicar o objetivo da pesquisa, esclarecendo ao entrevistado que ele não será identificado nominalmente;
- ✓ Será ressaltada a importância da sua participação e que a entrevista ocupará em torno de 30 a 45 minutos, portanto, não demorará;
- ✓ A entrevistadora será fiel na transcrição do depoimento dado pelo entrevistado, descrevendo “ipsis verbis” as colocações feitas. Se por acaso o número de linhas para cada resposta não for suficiente, será utilizado o verso do formulário;
- ✓ Antes de iniciar e ao final da entrevista, agradecerá a cooperação do entrevistado.

2. Questões da Entrevista:

- 1) Há quanto tempo trabalha como gestor na área de extensão universitária/executor do programa de extensão ECOSS/PPEPL?

- 2) Na sua opinião, que tipo de relação a Universidade deve estabelecer com a sociedade?

- 3) O que o Sr. (a) entende por Cidadania?

ANEXO II - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA II

(Realizada com *lideranças* do Programas de Extensão ECOSS/PPEPL)

1. Esclarecimentos:

- ✓ Antes de iniciar a entrevista, a entrevistadora deverá explicar o objetivo da pesquisa, esclarecendo ao entrevistado que ele não será identificado nominalmente;
- ✓ Será ressaltada a importância da sua participação e que a entrevista ocupará em torno de 30 a 45 minutos, portanto, não demorará;
- ✓ A entrevistadora será fiel na transcrição do depoimento dado pelo entrevistado, descrevendo “*ipsis verbis*” as colocações feitas. Se por acaso o número de linhas para cada resposta não for suficiente, será utilizado o verso do formulário;
- ✓ Antes de iniciar e ao final da entrevista, agradecerá a cooperação do entrevistado.

2. Questões da Entrevista:

- 1) Há quanto tempo reside na comunidade e exerce liderança? Que cargos exerceu/exerce e em quais grupos organizados/instituições da comunidade?

- 2) Na sua opinião, que tipo de relação a Universidade deve estabelecer com a sociedade?

- 3) O que o Sr. (a) entende por Cidadania?

- 4) O que o Sr. (a) entende por extensão universitária?

5) O Sr. (a) acha que deve existir alguma relação entre cidadania e extensão universitária? Por que?

6) O Sr. (a) sabe o que é o ECOSS/PPEPL?

7) O Sr. (a) sabe quais as ações que são desencadeadas pelo Programa de Extensão da UNOESC-Chapecó ECOSS/PPEPL?

8) Este programa de extensão desencadeia ações voltadas à promoção da cidadania da sua comunidade?

9) O Sr. (a) gostaria de dar alguma sugestão sobre a relação Universidade/extensão/cidadania? Ou sobre o Programa ECOSS/PPEPL?
